



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 120/121

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 31 DE OUTUBRO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PP Cida Borghetti
PT Tadeu Veneri
PDT Barbosa Neto
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMR Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMR** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 120**SUMÁRIO****Mesa Executiva 02****Presenças 02****Abertura da Sessão 03****Expediente:**

Mensagens 03

Ofícios 07

Indicações 08

Requerimentos 08

Projetos de Lei 14

Promulgação da Emenda 16..... 19**Pequeno Expediente:**

Dep. Barbosa Neto 22

Dep. José Domingos Scarpellini 22

Dep. Rafael Greca 23

Dep. Elio Rusch 24

Dep. Elton Carlos Welter 26

Horário das Lideranças:

Liderança do PFL:

Dep. Elio Rusch 24

Liderança do PSDB:

Dep. Valdir Rossoni 27

Liderança do PDT:

Dep. Barbosa Neto 28

Liderança do PMDB:

Dep. Delegado Bradock 29

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 30

Discussão / Votação:

Redação Final 31

3ª Discussão 31

2ª Discussão 32

1ª Discussão 33

Discussão Única (Indicações) ... 35

Requerimentos 38

Encerramento da Sessão Ordinária..... 39**Publicações:**

Diretoria Geral

Despacho do Sr. Diretor 40

Atas de Comissões

Finanças 40

DIÁRIO Nº 121**SUMÁRIO.....42****Mesa Executiva.....42****Presenças.....42****Abertura da Sessão42****Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente42

Discussão / Votação:

1ª Discussão43

Discussão Única (Indicações)....50

Encerramento da Sessão Ordinária50**Publicações:**

Atas de Comissões

Finanças50

114ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 114ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
31 DE OUTUBRO DE 2005**

*(segunda-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Carlos Simões e Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duí-

lio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni (38). Achando-se ausentes os Srs. Deputados Pedro Ivo Ilkiv, Ademair Traiano, Artagão Júnior, Chico Noroeste, Cleiton Kiesel, Elza Correia, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Litro da Silva, Luiz Nishimori, Miltinho Pupio, Nelson Justus, Padre Paulo Campos e Waldir Leite (14). E em viagem representativa a Sra. Deputada Cida Borghetti e o Sr. Deputado Reni Pereira (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagens

MENSAGEM Nº 052/2005

Curitiba, 26 de outubro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar os dispositivos que especifica, da Lei nº 11580, de 14 de novembro de 1996 (Lei do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS).

As alterações ora propostas atingem o parágrafo 1º, do artigo 55 da referida Lei nº 11.580/96, mais precisamente aos incisos I, II, XIV, XIX e XX, sob a seguinte justificativa, da lavra da Secretaria de Estado da Fazenda:

“Para atender às despesas orçamentárias, o erário precisa de receitas provenientes de tributos. Não é sem razão que o constituinte colocou na competência estadual o Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer Bens e Direitos - ITCMD, o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS e o Imposto

sobre a Propriedade de Veículos Automotor - IPVA (Constituição Federal de 1988, artigo 155, incisos I a III). Entre estas espécies tributárias, o ICMS é aquela que possibilita, com maior grau, a arrecadação dos recursos financeiros necessários ao Estado.

No entanto, a partir da instituição de possibilidade dos contribuintes efetuarem o pagamento deste imposto com precatórios, iniciou-se um processo, por parte dos contribuintes, de declaração deste imposto (via auto lançamento na Guia de Informação e Apuração do ICMS - GIA/ICMS) sem que o recolhimento fosse efetuado.

Tal fato atende ao interesse privado, mas não ao interesse público, uma vez que limita a entrada de recursos financeiros aos cofres públicos, causando dificuldades ao Estado, no atendimento das obrigações que lhe são impostas pela Constituição Federal, pela Lei Orçamentária e pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

A presente proposta, que visa aumentar o percentual de graduação das multas aplicáveis à conduta ilícita de falta de pagamento do imposto (incisos I e II da Lei nº 11.580/96), com a apresentação ou não do documento relativo à declaração do tributo, encontra sustentação na incidência da ocorrência de tal fato, em razão desta faculdade dirigida aos contribuintes para o pagamento de suas dívidas com precatórios.

O não pagamento do imposto na data prevista no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 5141/2001, ainda que acrescido dos respectivos acréscimos legais (multa e juros), constitui-se em efetivo ganho ao contribuinte, tendo em vista que, reconhecidamente, a aquisição dos precatórios ocorre com prática de percentuais de deságio. Ou seja, o contribuinte adquire precatórios de terceiros por valor bastante abaixo do real, e os utiliza para pagamento de suas dívidas com o Estado, após estarem estas inscritas em dívida ativa.

Diante de todo o exposto, verifica-se a necessidade do aumento das multas moratórias aplicadas na inadimplência do pagamento do imposto, buscando coibir esse inadimplemento, bem como o ilícito tributário praticado pelo contribuinte, dotando o fisco de instrumento sancionatórios adequados à atual conjuntura, de modo a viabilizar a arrecadação estadual. A alteração das multas previstas nos incisos XIX e XX da Lei nº 11580/96, são necessárias ante ao fato de sua inaplicabilidade em razão do resultado, muitas vezes exagerando (crédito tributário oriundo tão-somente de multa), considerando-se tratar de uma penalidade que resulta apenas da falta de atendimento da forma prevista em legislação.

No tocante ao acréscimo da alíquota “n” ao inciso XIV da Lei nº 11.580/96, este faz-se necessário ante ao surgimento de diversas obrigações tributárias acessórias, ao longo da vigência da Lei nº 11580, as quais, por lógico, não encontram previsão de penalização no caso de seu não-cumprimento. E, a listagem de todas, causaria a necessidade da análise de uma infinidade de penalidades, o que, em se tratando da menor penalidade aplicável a descumprimento de formas, não se apresentaria razoável.”

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO

Art. 1º Ficam introduzidas as seguintes alterações na Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996:

I - os incisos I, II, XIX e XX do parágrafo 1º do artigo 55 passam a vigorar com a seguinte redação:

“I - equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do imposto declarado e não recolhido, ao contribuinte que deixar de pagar, no prazo previsto na legislação tributária, o imposto a recolher, por ele declarado na forma prevista no parágrafo 4º do artigo 45;

II - equivalente a 40% (quarenta por cento) do valor do imposto devido, ao sujeito passivo que, nos casos não previstos no inciso anterior, deixar de pagar o imposto, no todo ou em parte, na forma e nos prazos previstos na legislação tributária;

XIX - de 10 (dez) UPF/PR, por período de apuração do imposto, ao contribuinte que apresentar os arquivos e respectivos registros em meios magnéticos em desacordo com a legislação;

XX - de 20 (vinte) UPF/PR, por período de apuração do imposto, ao contribuinte que omitir ou prestar incorretamente as informações em meios magnéticos;”

II - Fica acrescentada a alínea “n” ao inciso XIV do parágrafo 1º do artigo 55;

“n) descumprir qualquer obrigação acessória determinada na legislação tributária, que não tenha infração prevista nas demais hipóteses deste artigo.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 053/2005

Curitiba, 26 de outubro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva revogar as Leis nºs 14363, de 28 de abril de 2004; 14469, de 21 de julho de 2004; e 14585, de 14 de janeiro de 2005.

As leis, cujas revogações são propostas foram consideradas, conforme estudos feitos pela Secretaria de Estado da Fazenda, necessárias, com vistas a atender conveniências do erário e ao cumprimento do orçamento estadual.

A Secretaria de Estado da Fazenda, demonstrando a conveniência e oportunidade da medida, formula a justificativa nos seguintes termos:

“Em relação à revogação das Leis nºs 14363, de 28 de abril de 2004; 14469, de 21 de julho de 2004; e,

14585, de 14 de janeiro de 2005, cumpre-nos tecer as seguintes considerações:

- as mesmas tratam de benefício potencial para poucas empresas: apenas quinze empresas inscritas no CAD/ICMS deste Estado encontram-se nas condições de enquadramento;

- as empresas que podem se beneficiar da lei não possuem estrutura produtiva, não sendo assim potenciais geradoras de empregos diretos;

- tal previsão fere a isonomia em relação às demais empresas industriais e não industriais, geradoras de emprego, com investimentos e que não contam com a possibilidade de parcelamento de GIA;

- a ampliação da dilação alarga ainda mais a guerra fiscal, sem nenhum benefício ao Estado do Paraná, constituindo-se em transferência de crédito para os contribuintes estabelecidos em outros estados, que não foram objeto de efetivo recolhimento;

- o pagamento do ICMS dilatado com precatórios, em face de dubiedade do texto legal, apresenta a possibilidade de ataque eminente ao caixa e ao cumprimento do orçamento público, considerando o grande estoque existente de ICMS com pagamento dilatado. Como se tratavam de leis que concederam estímulos para que os contribuintes nela enquadrados tivessem a possibilidade de quitar seus débitos com a Fazenda Pública busca-se, no artigo 2º, respeitar o direito daqueles que vem cumprindo em dia suas obrigações nas condições fixadas nessas leis.”

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO

Art. 1º Ficam revogadas as Leis nºs 14363, de 28 de abril de 2004; 14469, de 21 de julho de 2004; e, 14585, de 14 de janeiro de 2005.

Art. 2º A revogação de que trata o artigo anterior não se aplica às empresas que vêm utilizando os benefícios destas leis e estejam adimplentes com os pagamentos das obrigações nelas previstas.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 054/2005

Curitiba, 26 de outubro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de, em conformidade com o artigo 66, inciso, da Constituição Estadual, encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia

Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar os cargos de agente universitário que especifica, em número total de 90 (noventa) cargos, distribuídos entre as universidades estaduais de Londrina (UEL), Maringá (UEM) e do Oeste do Paraná (Unioeste).

O plano de lei em referência consulta aos superiores interesses públicos, eis que, a par de outras medidas de cunho administrativo, dotará as universidades de recursos humanos necessários para os hospitais universitários.

A adiante transcrita justificativa da lavra da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, demonstra, com o devido detalhamento, os aspectos de convivência e oportunidade da medida:

“O presente projeto de lei objetiva a criação de cargos para os hospitais universitários: Regional do Norte do Paraná das universidades estaduais de Londrina (HURN/UEL), de Maringá (HUM/UEM) e do Oeste do Paraná (HUOP/Unioeste) visando dar condições para a abertura do concurso público para a nomeação de agente universitário, da carreira do Pessoal Técnico-Administrativo criada pela Lei Estadual nº 11.713/97, regulamentada pela Lei Estadual nº 14.269, de 22.12.2003, de forma a substituir uma parcela da força de trabalho temporária, contratada mediante teste seletivo para atender situação emergencial nos hospitais universitários, para a qual não existem cargos criados.

Tal medida complementa as ações para substituir pessoas com contratos temporários por funcionários efetivos, dando solução de estabilidade para a prestação de serviços feita pelos hospitais universitários, sem causar impacto orçamentário-financeiro, já que as despesas estão incluídas na folha de pagamento dos hospitais universitários.

Os contratos temporários foram autorizados pelos Decretos nº 1499/03, 3578/04, 4954/05 e 4606/05 e despacho governamental de 22.12.2004 (protocolo nº 8.331.204/04), permitindo a contratação de pessoal técnico-administrativo, mediante teste seletivo, para atender a necessidades emergenciais dos hospitais universitários.

O Decreto Estadual nº 5.129, de 26 de julho de 2005, quantificou os cargos ocupados de agentes universitários, da carreira do Pessoal Técnico-Administrativo das instituições estaduais de ensino superior e seus ocupantes, em decorrência da Lei Estadual nº 14269, de 22.12.03, e, assim, propiciou o reconhecimento dos cargos ocupados e os vagos que poderiam ser destinados a concurso público. No entanto, como há pessoas com contrato temporário em quantitativo que extrapola a previsão de cargos contida na referida lei, o atendimento ao total exige a criação de alguns cargos complementares.

Os contratos temporários, amparados pela Constituição Estadual e no artigo 2º, inciso VII e parágrafo 2º

da Lei Complementar nº 108, de 18.05.05, com vigência máxima de 02 (dois) anos, cumpriram seus objetivos de suprir pessoal por excepcional interesse público, considerando a urgência exigida no equacionamento da situação de provimento de serviços de saúde pública, e têm sido formalizados após a devida caracterização da emergência, comprovada por minuciosas análises da SETI, e aprovação por V. Exa.

Recorreu-se a esta forma de suprimimento porque os quantitativos de cargos vagos nas IEES ainda não estavam identificados, mas a partir da Lei Estadual nº 14.269, de 22.12.03 e com a edição recente do Decreto Estadual nº 5.129, de 26.07.2005, esta situação mudou, permitindo que se considere a abertura de concurso público para preenchimento de cargos sabidamente vagos, visando a reposição de profissionais para os hospitais universitários.

A criação dos cargos pretendidos dará condições para a abertura de concurso público para substituir todos os atuais contratos temporários; esta providência, além de regularizar o fluxo de pessoal, também propiciará a recomposição da força de trabalho permanente sem causar impacto na folha de pagamento dos hospitais universitários, fazendo-se a substituição gradual dos contratos temporários por pessoal efetivo, conforme disponibilidade do orçamento de pessoal vigente.”

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Ficam criados nas universidades estaduais de Londrina (UEL), Maringá (UEM) e do Oeste do Paraná (Unioeste), 90 (noventa) cargos de agente universitário integrantes da carreira do Pessoal Técnico-Administrativo das instituições estaduais de ensino superior de que trata a Lei Estadual nº 11713, de 07 de maio de 1997, regulamentada pela Lei Estadual nº 14269, de 22 de dezembro de 2003, na forma do Anexo I.

Art. 2º Os reflexos financeiros decorrentes desta lei deverão ater-se ao limite do orçamento anual das instituições estaduais de ensino superior.

Art. 3º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os dispositivos legais contrários. **À Diretoria Legislativa**

ANEXO I

Classe	Função	Número de Cargos HURNP/UEL	Número de Cargos HUM/UEM	Número de Cargos HUOP/UNIOESTE	Número de Cargos Total
II	Ajudante Geral			2	2
Sub-total CLASSE II				2	2
IV	Auxiliar de Laboratório		3		3
Sub-total CLASSE IV			3		3
IV	Auxiliar Enfermagem			31	31
Sub-total CLASSE VI				31	31
VII	Técnico de Enfermagem	19		10	29
VII	Técnico de Laboratório		10		10
Sub-total CLASSE VII		19	10	10	39
VIII	Assistente Social		1		1
VIII	Bioquímico			2	2
VIII	Enfermeiro			11	11
VIII	Farmacêutico		1		1
Sub-total CLASSE VIII			2	13	15
TOTAL		19	15	56	90

MENSAGEM Nº 056/2005

Curitiba, 26 de outubro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo, por intermédio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, a efetuar a permuta de partes do imóvel suburbano, matrícula nº 24.880 do Registro de Imóveis da Comarca de Marechal Cândido Rondon, denominado Chácara 170, partes essas constituídas de uma área com 1.600,00m² e outra com 4.787,84m², por imóvel com área de 96.800,00m², remanescente do Lote Rural 43/44/45, do 12º Perímetro da Fazenda Britânia, pertencente ao município de Marechal Cândido Rondon, matrícula nº 24.531 do Registro de Imóveis da Comarca de Marechal Cândido Rondon.

A objetivada permuta consulta plenamente aos superiores interesses públicos, eis que, conforme demonstram conclusões de estudos conjuntos da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI e da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, também a permutante Unioeste, os

quais, por mim aprovados, foram apresentados através do protocolado sob nº 8.353.020-0/04.

Entre razões de convivência e oportunidade que justificam a pretendida permuta de áreas, a Seti e a Unioeste destacaram:

“Considerando a previsão no Plano Diretor do Sistema Viário do município de Marechal Cândido Rondon de construção de uma via e o prolongamento de outra avenida em propriedade da Unioeste (1.600 m² e 4.787,84m²), iniciando-se tentativas com o Poder Público Municipal, o que resultou na edição da Lei Municipal nº 3.504, de 05 de setembro de 2003.

A área de Unioeste a ser permuta será utilizada pelo Município para a construção de avenidas.

A área do Município a ser permutada (96.800,00m²) delimita com outra propriedade da Unioeste (48.400,00m²): a Fazenda Experimental Dr. Antonio Carlos Pessoa, onde são desenvolvidas atividades dos Cursos de Agronomia, Zootecnia e Geografia.

Tendo em vista que esta Fazenda Experimental necessita de expansão da área, se a instituição adquirisse área em qualquer outra localidade, necessariamente haveria de duplicar algumas benfeitorias, além de destinar pessoal para duas áreas diferentes, o que duplicaria o

número de servidores necessários para o desenvolvimento das atividades práticas.

Assim, com a permuta, a Fazenda Experimental Dr. Antonio Carlos Pessoa seria ampliada, possibilitando à Unioeste oferecer os Cursos da Agronomia, Zootecnia e Geografia de forma mais adequada, assim como as atividades de ensino, pesquisa e extensão.”

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo, por meio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, autorizado a efetuar a permuta de partes do imóvel suburbano, matrícula nº 24.880 do registro de imóveis da Comarca de Marechal Cândido Rondon, denominado Chácara 170, partes essas construídas de uma área com 1.600 m² e outra com 4.787,84m², por imóvel com área de 96.800,00m², remanescente do Lote Rural 43/44/45, do 12º Perímetro da Fazenda Britânia, pertencente ao município de Marechal Cândido Rondon, matrícula nº 24.531 do Registro do Imóveis da Comarca de Marechal Cândido Rondon.

Art. 2º As áreas de 1.600,00m² e de 4.787,84m² havidas pelo Município destinam-se à consecução do seu Plano Diretor do Sistema Viário e a áreas de 96.800,00m² atenderá às necessidades de expansão da Fazenda Experimental Dr. Antônio Carlos Pessoa, do Campus da Unioeste em Marechal Cândido Rondon.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. **À Diretoria Legislativa.**

Ofícios

Sob o nº 2221, do Sr. Milton Riquelme de Macedo, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado José Domingos Scarpellini, que pede esclarecimentos sobre o cumprimento do limite legal estabelecido na Lei de Diretrizes orçamentárias do Estado do Paraná. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 1700/2005/GS, do Sr. Cláudio Xavier, Secretário de Estado da Saúde, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Neivo Beraldin, que pede esclarecimentos sobre documentos e justificativas referentes a aplicação de recursos na área da saúde no montante especificado de um bilhão de reais. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CODR-C/1138/2005/DFI, do Sr. Paulo Roberto Trompczynski, Diretor de Finanças e de Relações com Investidores da Companhia Paranaense de Energia - Copel, em resposta ao pedido de informações requerido pelos Deputados Valdir Rossoni, Reni Pereira, Ademar Traiano, Barbosa Neto, Durval Amaral e Elio Rusch, que pede esclarecimentos sobre a Companhia. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

Sob o nº 587/2005-SEMA/GS, do Sr. Luiz Eduardo Cheida, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Plauto Miró Guimarães, que pede esclarecimentos sobre a penalidade a ser aplicada aos responsáveis pelo extermínio de mais de quarenta árvores centenárias do Parque Honório, de Ponta Grossa. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 887/2005/IAP/GP, do Sr. Lindsley da Silva Rasca Rodrigues, Diretor-Presidente do Instituto Ambiental do Paraná, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Plauto Miró Guimarães, que pede esclarecimentos sobre a penalidade a ser aplicada aos responsáveis pelo extermínio de mais de quarenta árvores centenárias do Parque Honório de Ponta Grossa. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CTL/CC/192/2005, do Sr. Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei nº 532/2005. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC/193/2005, do Sr. Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei nº 480/2005. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC/194/2005, do Sr. Governador do Estado, encaminhando os Projetos de Lei nºs 209, 247, 261, 321, 351, 370, 386, 394, 400, 410, 416, 417, 435, 436, 441, 444, 445, 454, 471, 473, 476, 482 e 490/2005. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 533/SPOA/MDA, do Sr. Cilair Rodrigues de Abreu, Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Desenvolvimento Agrário, comunicando a liberação de recurso financeiro e a celebração do Convênio nº 051/2005, e que entre si celebram a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Associação dos Municípios do Setentrão Paranaense - Amusep, objetivando formar agricultores familiares em processos produtivos das agroindústrias atuais, criando um ambiente favorável ao surgimento de novas agroindústrias. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicação

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Venho, por intermédio do presente, indicar o Deputado da Bancada do PMDB, Delegado Bradock, com assento nesta Casa, para fazer parte da Comissão Nepotismo.

Sendo o que se apresenta, aproveito a oportunidade para renovar votos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3371

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência à Mensagem nº 52/2005, Projeto de Lei nº 665/2005, de autoria do Poder Executivo, que objetiva alterar os dispositivos que especifica, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996 (Lei do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS).

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 3372

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência à Mensagem nº 53/2005, Projeto de Lei nº 666/2005, de autoria do Poder Executivo, que objetiva revogar as Leis nºs 14.363, de 28 de abril de 2004; 14.469, de 21 de junho de 2004; e 14.585, de 14 de janeiro de 2005.

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 3373

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência à Mensagem nº 54/2005, Projeto de Lei nº 667/2005, de autoria do Poder Executivo, o qual objetiva os cargos de Agente Universitário que especifica, em número total de 90 (noventa) cargos, distribuído entre as universidades estaduais de Londrina (UEL), Maringá (UEM) e do Oeste do Paraná (Unioeste).

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 3374

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de

urgência à Mensagem nº 55/2005, Projeto de Lei nº 668/2005, de autoria do Poder Executivo, o qual cria o Fundo Estadual de Defesa do Consumidor.

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 3390

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emenda no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 3352

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja justificada sua ausência à Sessão Plenária do dia 31 de outubro próximo, ocasião em que estará participando de audiência na Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu - Acifi, onde estará discutindo o Projeto de Lei nº 427/2005.

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 3358

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 03 de novembro (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 3367

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, na qualidade de Presidente da Comissão de Direitos Humanos, da Cidadania e de Defesa do Consumidor, REQUER a convocação do Sr. Wallace Mamede, para comparecer perante a Comissão, no próximo dia 7 de novembro do corrente ano, às 10h00, na sala de reuniões das comissões, para prestar esclarecimentos sobre os acontecimentos ocorridos no dia 27 de outubro de 2005.

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 3368

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, na qualidade de Presidente da Comissão de Direitos Humanos, da Cidadania e de Defesa do Con-

sumidor, REQUER a convocação do Dr. Paulo Brenner, Corregedor-Geral da Polícia Civil do Paraná, para comparecer perante a Comissão, no próximo dia 7 de novembro do corrente ano, às 10h00, na sala de reuniões das comissões, para prestar esclarecimentos sobre os acontecimentos ocorridos no dia 27 de outubro de 2005, com o Delegado Wallace Mamede de Castro.

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 3348

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER aprovação para realização de audiência pública para discutir as dificuldades do agronegócio paranaense sobre o prisma de busca de soluções, a realizar-se no dia 24 de novembro de 2005, com início às 14h30m, com previsão de encerramento às 22 horas, na Sociedade dos Amigos de Assaí - Sama, no município de Assaí.

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 3356

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Tibúrcio Brito.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3378

Senhor Presidente:

O Parlamentar ao final subscrito, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de pesar à família do Sr. Joaquim de Almeida Peixoto, falecido no dia 23 de outubro de 2005.

Face ao exposto, solicitamos ainda a especial gentileza em cientificar os termos destes votos de pesar à família, em nome da Sra. Leonora Silva Peixoto, no endereço sito à Rua Abraham Lincoln, 207, Jardim Los Angeles, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) MARCOS ISFER

Apoiamento:

Plauto Miró Guimarães.

REQUERIMENTO Nº 3379

Senhor Presidente:

O Parlamentar ao final subscrito, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de pesar à família do Sr.

Miguel Berberi, pai de Marco Antônio Berberi, falecido no dia 24 de outubro de 2005.

Face ao exposto, solicitamos ainda a especial gentileza em cientificar os termos destes votos de pesar à família, em nome da Sra. Anete Lima Berberi, no endereço sito à Rua Felipe Mendes, 167, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) MARCOS ISFER

Apoiamento:

Plauto Miró Guimarães.

REQUERIMENTO Nº 3380

Senhor Presidente:

O Parlamentar ao final subscrito, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de pesar à família do Sr. Antônio Patitucci, falecido no dia 25 de outubro de 2005.

Face ao exposto, solicitamos ainda a especial gentileza em cientificar os termos destes votos de pesar à família, em nome da Sra. Luciana Góes Patitucci, no endereço sito à Rua Cândido Silva, 385, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) MARCOS ISFER

Apoiamento:

Plauto Miró Guimarães.

REQUERIMENTO Nº 3387

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Izolde Madalena de Paula Cubas, aos 68 anos de idade, ocorrido dia 17 de outubro do corrente, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3388

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Sabina Michele Negrello, aos 86 anos de idade, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3389

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Aristides Mendes da Silva, aos 83 anos de idade, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3361

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de congratulações ao Clube Concórdia, na pessoa de seu Presidente, Cláudio Luiz Mäder, pela realização da 45ª Festa da Cerveja, realizada no último dia 29 de outubro.

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O Clube Concórdia, mais que centenária agremiação fundada em 04 de abril de 1869, há 136 anos, pelos imigrantes alemães, no centro de Curitiba, no bairro de São Francisco à rua Presidente Carlos Cavalcanti, 815 - um imóvel histórico de arquitetura germânica.

A sede do Clube Concórdia, originalmente chamava-se Deutscher Sängerbund, ou seja, Associação Alemã de Cantores. Em Curitiba, os imigrantes alemães começaram a chegar, em maior número, a partir de 1833, e influenciaram fortemente a cultura e a economia local.

Muitos casarões, alguns ainda existentes no bairro de São Francisco, foram construídos pelos alemães. Para preservar a cultura germânica, os imigrantes organizaram-se em sociedades teuto-brasileiras, como o Clube Concórdia, Clube Rio Branco, Duque de Caxias, Clube Thalia e o Graciosa Country Club.

Este tradicional e centenário clube foi palco de gloriosos banquetes, memoráveis festas, entre elas, a 1ª Oktoberfest do Brasil, em outubro de 1960, buscando a preservação da cultura dos imigrantes alemães.

Seja este requerimento encaminhado ao Presidente Cláudio Luiz Mäder e à Diretoria do Clube Concórdia, rua Presidente Carlos Cavalcanti, nº 815 - CEP: 80.510-040.

REQUERIMENTO Nº 3362

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, REQUER ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne a aprovar, para serem registradas nos Anais da Sessão desta data, efusivas congratulações e votos de grande apreço à Sra. Egeni Thomé, funcionária da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, pelo recebimento do título de servidora pública padrão, da Câmara Municipal de Curitiba.

Não poderia ser outra senão esta a atitude da Edilidade Curitibana, reconhecendo os méritos dessa exemplar servidora, que está há 56 anos no serviço público paranaense.

Indubitavelmente, o exemplo e a conduta de vida da Sra. Egeni Thomé é expressão do que existe de mais nobre que o ser humano pode personificar: firmeza de atitude, coerência no pensar e no dizer, lealdade e respeito à dignidade humana.

Obreira atenta com vocação de servir, é o espelho da trajetória de vida da servidora homenageada - vida que ilumina outras vidas, vida que honra outras vidas.

O testemunho da Sra. Egeni Thomé ao jornal Curitiba Metrópole ao ser entrevistada, a propósito do título recebido, é um hino de exortação às gerações, de agora e vindouras, de que vale à pena viver uma vida digna substanciada na prática do bem.

Por essa razão, requeiro a sua transcrição nos Anais da Sessão Plenária do dia de hoje, desta Casa Legislativa.

Caso aprovada a presente proposição, requer-se seja dado ciência da mesma, com votos de contínuo sucesso à congratulada, via correspondência a ser remetida à avenida Prefeito Lotário Meissner, 102/632 - Jardim Botânico - CEP: 80.210-170, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 3363

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, REQUER ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne a aprovar o registro nos Anais da Sessão desta data, de efusivas congratulações e votos de grande apreço aos cirurgiões-dentistas da ABO/Paraná, e regionais de Campo Mourão, Cascavel, Toledo, Palotina, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Foz do Iguaçu e Ubatuba, pela passagem do Dia do Cirurgião Dentista, em 25 de outubro.

Caso aprovada a presente proposição, requer-se seja dado ciência da mesma, com votos de contínuo sucesso a cada cirurgião-dentista associado das respecti-

vas entidades congratuladas, via correspondência a ser remetida aos respectivos presidentes.

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 3385

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações e aplausos ao cabo Monteiro e aos soldados Valério, Adriano Silvestre e Vidal, do posto da Polícia Florestal do Cacatu, da Polícia Militar do Estado do Paraná, que realizaram uma maravilhosa operação de salvamento do menino Maicon Wilian Vidal dos Santos, no rio Cacatu, em Antonina.

No dia 14 de agosto, quando a igreja do Evangelho Quadrangular estava comemorando o Dia dos Pais, no município de Antonina, o menino Maicon entrou no rio Cacatu para brincar com outras crianças; e como não sabia nadar, afundou e se não fosse o rápido deslocamento desses verdadeiros heróis da nossa Polícia Militar, a comemoração realizada pela igreja poderia ter um fim trágico.

Este Deputado e os vereadores antonienses, Totico, Valdir Renato Cabral agradecem e enaltecem o empenho dos policiais militares, responsáveis pelo atendimento do menino Maicon Wilian Vidal dos Santos, de 10 anos de idade, filho do casal Eloir e Sirlei dos Santos, residente no município de Piraquara.

Solicitamos que o comandante da Polícia Militar do Estado e os homenageados sejam comunicados da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 3386

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal José Maurílio da Silva e Sandra Mara Coturi da Silva, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata.

A união do casal iniciou-se com muito amor, e que, por manter as suas raízes no equilíbrio, foi se firmando dia-a-dia, através da convivência ao longo desses anos.

Uma vivência progressiva e madura não tende a acabar, mas amplia-se, uma vez que cada um passa a conhecer vícios e virtudes, manias e costumes do outro.

O equilíbrio do amor promoveu a prática da justiça e da bondade, da cooperação e do dever, da afetividade e advertência amadurecidas. O casamento é uma grande escola e esse casal soube construir seu lar em pilares sólidos, aprendendo a arte do convívio, da fraternidade, da solidariedade, sempre cultivando o afeto e respeito.

Sentimos muito orgulho em compartilhar com o casal, sua família e conhecidos, esta data tão importante que está sendo comemorada.

Que, ao renovarem seu matrimônio, Deus, em seu infinito amor, cubra-os de bênçãos, guiando seus passos e iluminando suas vidas.

Nossos sinceros cumprimentos, extensivos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3357

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Éderson Camata, Presidente do Grêmio Literário Recreativo Londrinense.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3360

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia, digne-se a oficialar ao Sr. Governador do Estado, para que determine à Secretaria da Educação, através da Fundepar, a construção de uma quadra de esportes coberta (miniginásio), reparos na rede elétrica (protocolo nº 5.061.526-0), reparos na parte hidráulica (protocolo nº 5.212.502-2), a pintura de todo o colégio, aquisição de quatro bebedouros, reforma dos banheiros do pavimento superior e toda restauração do banheiro feminino inferior; construção de estacionamento para uso dos professores, funcionários e pais de alunos; reforma e melhoria da cantina para a agilidade no atendimento e também a aquisição de equipamentos para complementar os laboratórios de informática, química, física e biologia; aquisição de equipamentos de som, apresentações artísticas; teatro, música e danças e para que possam ser proferidas palestras; aquisição de livros sobre a história do Paraná, no valoroso Colégio Guido Straube, ensino fundamental e médio, rua Jacarezinho, nº 160, Mercês - CEP: 80.810-130.

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) RAFEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O atual Governo do Paraná tem realizado eficiente gestão na reparação das escolas públicas, transformadas em orgulho de suas comunidades. Tem priorizado a educação, valorizando alunos e professores. Tem apoiado o Magistério com um sonho: plano de cargos e salários.

Pode e deve prosseguir melhorando os serviços ofertados e equipamentos existentes. Por isso a proposição de livros sobre a história do Paraná, quadra de esportes coberta, bebedouros, equipamentos de informática, estacionamento, equipamento de som, além de reparos, no Colégio Estadual Professor Guido Straube.

Seja este requerimento encaminhado ao Sr. Secretário de Estado da Educação, professor Maurício Requião de Mello e Silva, avenida Água Verde, 2140 - Água Verde - CEP: 80.240-900 e à Diretora Geral professora Rosália de Mello, do Colégio Guido Straube, ensino fundamental e médio, rua Jacarezinho, nº 160, Mercês - CEP: 80.810-130,

REQUERIMENTO Nº 3375

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de uma viatura para promover o destacamento da Polícia Militar do município de São Pedro do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O veículo em referência será utilizado para o patrulhamento e atendimento aos moradores daquela cidade, cuja viatura é essencial para garantir a segurança e tranquilidade daquela população.

REQUERIMENTO Nº 3350

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado e ao Sr. Cláudio Murilo Xavier, Secretário de Estado da Saúde, encaminhando abaixo assinado dos moradores do município da Lapa, com mais de duas mil e oitocentas assinaturas, solicitando, com a máxima urgência, a liberação de uma ambulância equipada com UTI móvel, para o transporte adequado e rápido da população lapeana.

Requer ainda, que seja dado ciência ao Vereador João Renato Leal Afonso e aos demais vereadores da Câmara Municipal da Lapa, através de correspondência a ser encaminhada à alameda David Carneiro, s/n, Caixa Postal 04 - Centro - CEP: 83.750-000 - Lapa-PR.

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 3353

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Exmo. Sr. Luiz Eduardo Cheida, solicitando que seja realizada

uma audiência pública em Londrina, com data a ser marcada, a fim de tratar da instalação do aterro industrial nas imediações do distrito do Limoeiro na divisa entre Londrina e Ibiporã.

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3354

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Exmo. Sr. Renato Guimarães Adur, solicitando a reforma e cobertura da quadra de esportes do Jardim Pérola, no município de Ibiporã.

Vale ressaltar que esta é uma reivindicação das associações de moradores dos jardins Pérola, Eliana, Pinheiro, Eldorado, Ribeiro e Ouro Verde.

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3355

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, solicitando reforma da Escola Estadual José de Anchieta, em Londrina, que atende aproximadamente mil alunos entre ensino médio e fundamental.

Há quatro anos foi autorizada a reforma da escola, mas até agora as obras não foram iniciadas. Vale ressaltar que a referida escola existe há 56 anos e nunca passou por ampla reforma.

Solicitamos também, que este mesmo requerimento seja encaminhado à Diretora Presidente da Fundepar - Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná, Sra. Sandra Berenice Ferrari Turra.

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3359

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia Legislativa do Paraná, a inserção nos Anais, e o envio a diversas autoridades - na sequência nominadas - de notícia de urgência e alerta no sistema público de saúde do Paraná, diante de emergência qualificada por:

01 - fechamento, dia 26 de outubro, do Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Luz, no município de Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, construção pré-fabricada, importada, idêntica ao Hospital do Bairro Novo, na capital do Estado;

02 - fechamento, desde o governo passado, do Hospital Santo Antônio, em Santo Antônio da Platina, no

Norte Pioneiro do Paraná, construção pré-fabricada, importada, idêntica ao Hospital do Bairro Novo;

03 - supressão de leitos de UTI, destinados ao SUS, no Hospital São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, no último dia 27 de outubro;

04 - ameaça processual, em acórdão da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, no último dia 25 de outubro, conforme decisão do Desembargador relator Roseno Arão Cristo Pereira, acompanhada pelo relator juiz Fernando Zeni, felizmente contestada por voto exarado do juiz Adalberto Xisto, de “condenação a ficar três anos sem receber verbas públicas”, o que equivale a fechar o Hospital do Bairro Novo, centro médico de referência, da Prefeitura de Curitiba, mantido por convênio com a Sociedade Evangélica Beneficente.

Em suma, na mesma semana em que é condenada a construção e o convênio do Hospital do Bairro Novo pela Justiça do Paraná, a realidade do Estado defende com veemência as medidas emergenciais tomadas pela Prefeitura de Curitiba, em 1995, quando da construção por emergência, em onze meses, do Hospital do Bairro Novo, utilizando materiais e tecnologia inéditos no Brasil, importados dos Estados Unidos.

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O Direito à Vida

O mandamento constitucional supremo referente à saúde como “dever do Estado e direito universal de todos os cidadãos”, não está sendo cumprido no Paraná, e, na nossa opinião, sofre com decisões semelhantes àquela do acórdão do dia 25 de outubro último, que considera “improbidade administrativa” termos viabilizado, por emergência, e convênio internacional, o exemplar e premiado Hospital do Bairro Novo, em Curitiba.

Já são 180 mil os procedimentos médicos no Hospital do Bairro Novo, em Curitiba, criado há dez anos, por este Deputado, quando no mandato de Prefeito de Curitiba. Com dignidade e competência incomuns, neste Brasil vulgarizado pela insensibilidade, naquele hospital público, mães e crianças recebem atendimento exemplar.

Na mesma semana da decisão judicial contra o Hospital do Bairro Novo e, por extensão, contra o povo e contra este agente público, fazem falta no atendimento ao povo paranaense, que carece de serviços públicos de saúde, o de Pinhais idênticos ao do Bairro Novo, quais sejam: o de Pinhais e o de Santo Antônio da Platina, no Norte Pioneiro, onde, dia 26, morreram oito pessoas, em desastre de ambulância, a caminho de hospitais em Curitiba.

Sete desses mortos vinham buscar socorro médico na capital, desde Joaquim Távora, situada a 20 km de Santo Antônio da Platina, onde há o hospital fechado.

Outro paciente, falecido em outro desastre, em busca de socorro médico, viajaria 400 km até Curitiba, da cidade de Andirá, a 40 km da mesma Santo Antônio da Platina, e do mesmo hospital fechado.

Em São José dos Pinhais, dia 27, fecharam doze leitos de UTI.

O Hospital do Bairro Novo acolheu a maioria dos pacientes ali internados, no dia seguinte, sexta-feira, 28 de outubro de 2005.

Não se ouviu clamor pelos hospitais fechados.

Quando o Direito não serve à Vida, para que serve o Direito?

REQUERIMENTO Nº 3370

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve PEDE o envio de expediente ao comando e policiamento da capital do Estado, e ao Sr. Prefeito de Curitiba, Carlos Alberto Richa, pedindo providências junto à Polícia Militar e à Guarda Municipal, para, evitando “arrastões de gangs” melhore-se a segurança de moradores, esportistas e transeuntes, na Praça Oswaldo Cruz, sede do centro poliesportivo Dirceu Graeser, no centro da cidade, defronte ao histórico ex-quartel do CPOR, hoje Shopping Curitiba.

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O morador e cidadão Luiz Ricardo - lrgb@terra.com.br - escreve a esta Assembléia Legislativa, pedindo socorro público contra os “arrastões” e “cenas de vandalismo” que têm se repetido, a cada domingo, de passagem de ônibus a R\$ 1,00, com gangs de bairro depredando a Praça Oswaldo Cruz e ameaçando seus frequentadores esportistas e cidadãos.

REQUERIMENTO Nº 3381

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Presidente do Tribunal de Contas, a prestação de informações sobre a instauração de auditoria pelo egrégio colegiado, conforme noticiado pela mídia no último final de semana, para apuração de irregularidades denunciadas relativamente à execução do Programa Leite das Crianças, em razão da não entrega do leite, aos domingos, às crianças cadastradas, e ao desvio do leite não entregue.

Solicitam, também, cópia das denúncias e dos documentos que motivaram a auditoria e, se já alcançada, a conclusão dos trabalhos por parte desse Tribunal.

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL, VALDIR ROSSONI e PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES.

REQUERIMENTO Nº 3382

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, aos Secretários de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social

- SETP, da Saúde - Sesa, da Agricultura e do Abastecimento - Seab (Seasa), da Educação - SEED (Fundepar) e do Planejamento - SEPL (Iparde), responsáveis pela ação integrada do Programa Leite das Crianças, a prestação de informações quanto às denúncias veiculadas na mídia no último final de semana, quanto à não entrega do leite, aos domingos, às crianças cadastradas, e quanto ao desvio do leite não entregue, motivando procedimento de investigação impetrado pelo Ministério Público e instauração de auditoria pelo Tribunal de Contas do Estado.

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL, VALDIR ROSSONI e PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES.

REQUERIMENTO Nº 3383

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Secretário Estadual da Educação, seja informado a este Poder Legislativo quais contratos foram firmados pela Secretaria da Educação e Fundepar com a seguradora Interbrazil e o valor dos prêmios relativos a cada contrato.

Requerem, ainda, cópia das licitações e dos contratos firmados.

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL, VALDIR ROSSONI e PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 3384

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, à Secretaria Estadual da Administração, seja informado a este Poder Legislativo quais contratos foram firmados pela Secretaria da Administração com a seguradora Interbrazil e o valor dos prêmios relativos a cada contrato.

Requerem, ainda, cópia das licitações e dos contratos firmados.

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL, VALDIR ROSSONI e PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 3365

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, moção de protesto contra a rede de supermercados BIG - Boa Vista, pela prisão indevida e discriminação praticada contra o jovem trabalhador Leomar Maranhão, que, apenas como suspeito, teve toda a sua roupa tirada pelos seguranças da referida rede, passando por um grande constrangimento.

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 669/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Professor Pedro Leopoldo Bechkauser - ensino fundamental das séries iniciais e ensino especial, com sede e foro em Ubitatã.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres e Funcionários da Escola Municipal Professor Pedro Leopoldo Beckhauser - ensino fundamental das séries iniciais e ensino especial, do município de Ubitatã é um órgão de representação dos pais, mestres e funcionários do estabelecimento de ensino, não tendo caráter público partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros, sendo constituída por prazo indeterminado e tem como objetivos:

. Prestar assistência aos educandos e professores, assegurando-lhes melhores condições de eficiência escolar, em consonância com a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.

. Buscar a integração dos segmentos da sociedade organizada, no contexto escolar, discutindo a política educacional, visando sempre a realidade dessa comunidade.

. Promover entrosamento entre pais, alunos e professores e funcionários e toda a comunidade, através de atividades sócio educativas, culturais e desportivas.

PROJETO DE LEI Nº 670/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a constituir, por intermédio da Companhia Paranaense de Energia - Copel ou de subsidiária integral desta, consórcio com a Eletrosul Centrais Elétricas S/A - Eletrosul, com o objetivo de participar de leilão de concessões dos novos empreendimentos de geração de energia localizados no Estado do Paraná, denominados Usina Hidrelétrica de Salto Grande, no rio Chopim; Usina Hidrelétrica do Baixo Iguaçu; no Rio Iguaçu; e Usina Hidrelétrica de Mauá, no rio Tibagi.

§ 1º O consórcio de que trata este artigo deverá ser constituído com a participação majoritária da Copel ou de subsidiária integral desta.

§ 2º Se o consórcio, constituído na forma do parágrafo anterior, sagrar-se vencedor do leilão para a realização de algum ou de todos os empreendimentos ali referidos, fica a Copel ou sua subsidiária integral, autorizada a firmar o correspondente contrato de concessão, na qualidade de participante do consórcio.

Art. 2º Após a assinatura do contrato de concessão, fica o Poder Executivo autorizado, por intermédio da Companhia Paranaense de Energia - Copel, ou de subsidiária integral desta, a constituir sociedade de propósito específico com a outra empresa integrante do consórcio, da qual deverá participar na qualidade de acionista majoritária.

Art. 3º Fica o Poder Executivo, por intermédio da Companhia Paranaense de Energia - Copel, ou de subsidiária integral desta, autorização a alocar os recursos humanos, materiais e financeiros necessários à realização dos objetivos do consórcio e da sociedade de propósito específico de cuja constituição tratam os artigos anteriores.

Art. 4º Caso o Poder Executivo, por intermédio da Companhia Paranaense de Energia - Copel, ou de subsidiária integral desta, julgue conveniente aos objetivos visados, poderá admitir no consórcio e na sociedade de propósito específico com a Eletrosul Centrais Elétricas S/A - Eletrosul, de que tratam os artigos 1º, 2º e 3º desta lei, a participação de empresa privada, desde que a Companhia Paranaense de Energia - Copel, ou sua subsidiária integral, continue participando majoritariamente em ambos.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O setor elétrico brasileiro encontra-se disciplinado pela Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que estabelece, entre outras, as normas para a comercialização da energia elétrica e para a exploração dos potenciais de energia hidráulica, estes como bem público de domínio da União, de acordo com o artigo 20 da Constituição Federal, quando utilizados para a geração da energia elétrica. Dentro das prioridades do novo modelo do setor elétrico, disciplinado pela Lei nº 10.848, estão a confiabilidade e qualidade do suprimento de energia elétrica, a universalização do atendimento da eletricidade, e a modicidade tarifária, o que as novas regras permitirão atingir, em longo prazo e com a estabilidade dessas regras.

Nos termos desta lei, atendendo a um planejamento centralizado, a União disporá de seus bens no intuito de atender o crescimento das demandas da sociedade brasileira quanto à necessidade de energia elétrica. Em relação aos potenciais de energia hidráulica, isto se

dará sob a forma de leilões de concessões para aproveitamentos com potência instalada superior a 30 MW (megawatts). Assim, em havendo potenciais de energia hidráulica inexploradas, na hipótese de estarem incluídos nos leilões de concessão de tais potenciais e de estarem atendendo as necessidades da sociedade, estes aproveitamentos serão naturalmente desenvolvidos observadas as legislações pertinentes, em especial a Resolução Conama nº 001 de 1986 que disciplina as licenças ambientais.

Dentro desta norma e para que potenciais de energia hidráulica localizadas no Estado do Paraná possam ser explorados por empresas paranaenses, considera-se estratégica a participação da Copel nos referidos certames de concessão.

Outro ponto estratégico a ser considerado quanto à participação da Copel nos leilões de concessão é o fato de essa empresa estar trabalhando com projeções de demanda em médio prazo acima de sua capacidade de atendimento. Caso não haja incremento de seu parque gerador em médio prazo, o atendimento ao consumidor poderá ser deficitário.

Um terceiro ponto estratégico de justificativa para a participação da Copel em leilões de concessões de aproveitamentos hidrelétricos situados no Estado do Paraná, refere-se à manutenção, no próprio Estado, da maior parte das riquezas geradas por empreendimentos desta natureza, principalmente quando se considera a economia regional.

Ainda, pode-se destacar que, com a implantação de novos empreendimentos de geração, haverá incremento de recursos financeiros na economia dos municípios onde esses empreendimentos estarão inseridos, especialmente da compensação financeira aos municípios atingidos pelos empreendimentos, conforme preceitua a legislação vigente.

Estima-se que a necessidade nacional de investimentos por ano no setor elétrico no segmento de geração seja da ordem de 3,2 bilhões de dólares americanos. Estudos conduzidos pelas entidades competentes do país, concluem pela necessidade de novos investimentos urgentes no segmento de geração visando a entrada em operação de usinas geradoras de energia elétrica com capacidade suficiente em 2009/2010, o que exige que sejam definidos os investimentos em 2005/2006 e de forma a que sejam tomadas as iniciativas necessárias para viabilizar os projetos.

O investimento para implantação dos empreendimentos situados no Estado do Paraná e previstos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel serem leiloados é da ordem de US\$ 1,200 bilhões, distribuído ao longo de aproximadamente sessenta meses. Este investimento está muito acima da capacidade de investimento e endividamento da Copel, razão para se buscar uma parceria que esteja disposta a dividir os custos correspondentes.

Pela sua capacidade de investimento, confiabilidade e capacidade técnica, a empresa Eletrosul Centrais Elétricas S/A, concessionária de serviços públicos de

energia elétrica, subsidiária da Eletrobrás, está sendo indicada como parceira da Copel, haja vista ter manifestado seu interesse nessa parceria.

Finalmente, deve-se observar que, apesar de a capacidade instalada da Copel ser aproximadamente equivalente à necessidade do Estado do Paraná, o regime hidrológico das bacias onde se situam as usinas no nosso Estado permite antever a importância de existir o Sistema Interligado Nacional - SIN, que, de uma forma federativa, permite a otimização da capacidade dos reservatórios das diversas regiões do país. Em outras palavras, a auto-suficiência do Estado do Paraná na geração de energia não assegura que estejamos livres da adoção de racionamento de energia, o que, sabidamente, trouxe prejuízos imensos à sociedade brasileira, principalmente nas regiões Sudoeste e Nordeste, no ano 2001.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

A Eletrosul opera sistema de transmissão de energia elétrica composto de linhas de transmissão e subestações de alta voltagem que cortam o Estado do Paraná e que compõe parte da rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN. Ainda que a operação seja interligada e tenha normas específicas ditadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, o simples fato de se ter como parceiro uma empresa de capital público federal que, além de operar linhas de transmissão, às quais estarão interligados os empreendimentos de geração hidrelétrica situados no Estado do Paraná; tem autorização do poder concedente para empreender usinas hidrelétricas, fará com que os custos e procedimentos técnicos operativos dessas novas usinas possam ser otimizados com áreas correlatas da Copel.

Sabidamente, durante a época em que era detentora das concessões de usinas hidrelétricas e termelétricas de grande porte situadas nos estados do Paraná e de Santa Catarina, antes da fase predadora de privatizações de empresas estatais federais, a Eletrosul se destacava como empresa altamente capacitada na área de geração de energia, com índices de qualidade de serviços que serviam de referência no setor elétrico brasileiro.

Assim, a parceria da Copel com a Eletrosul é um somatório de experiências bem sucedidas e da qual se pode esperar excelentes resultados numa eventual vitória no processo licitatório a ser promovido no final do ano de 2005 e seguintes pela Aneel/MME.

Ao optar pela parceria com a Eletrosul em leilão de concessões dos empreendimentos, situados no Estado do Paraná, a Copel abre suas possibilidades de participação em vários empreendimentos uma vez que utilizará parte do patrimônio do parceiro para a sustentação e estruturação das operações de financiamento que viabilizam empreendimentos de geração hidráulica.

Tal opção de participação em vários empreendimentos poderia não acontecer caso a Copel tivesse participação isolada e, conseqüentemente, fosse responsável pela totalidade do empreendimento. Ao atuar em parceria com a Eletrosul, a Copel alavanca uma capacidade eco-

nômico-financeira que poderá levá-la a participar simultânea em vários empreendimentos, otimizando a oportunidade de capital público estar presente em diversos pontos do Estado do Paraná como gerador de riquezas e de energia elétrica.

Sugestão de ofício a ser dirigido pelo Sr. Governador à Assembléia Legislativa.

Sr. Presidente da Assembléia Legislativa:

O gradativo aumento do consumo de energia elétrica criado pela política de desenvolvimento atual impõe ao Governo Estadual a responsabilidade de proceder a ações que possibilitem atender à implantação de infraestrutura, com vistas a obter elevada margem de segurança, confiabilidade conforto e bem-estar para os paranaenses.

Neste contexto, a construção de usinas geradoras de energia elétrica no território do Estado do Paraná acarretará um incremento de recursos financeiros na economia dos municípios em que esses empreendimentos estarão inseridos, beneficiando o sistema elétrico nacional e o consumidor paranaense.

A participação da Copel nos leilões que definirão os concessionários da geração de energia dos empreendimentos localizados no Estado do Paraná propiciará a manutenção, no próprio Estado, da maior parte das riquezas geradas pelos empreendimentos.

Os empreendimentos em questão são decorrentes dos leilões públicos, frutos do programa nacional de Expansão do Sistema Nacional Interligado, do Ministério de Minas e Energia, cujas condições de participação serão definidas em edital de leilão a ser divulgado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

Propõe-se, então, que o Estado esteja presente nos empreendimentos, através de consórcio ou de sociedade de propósito específico, com a participação da Copel de forma majoritária, e tendo como sócia a Eletrosul Centrais Elétricas S/A.

Igualmente, propõe-se que tais consórcios e sociedade de propósito específico a serem constituídos com a Eletrosul Centrais Elétricas S/A possam ser também eventualmente integrados por empresa privada, se isso for julgado conveniente aos objetivos visados, sem prejuízo da participação majoritária do estado em ambos.

Vindo o consórcio a ser vencedor no leilão, o empreendimento poderá ser construído e administrado por tal entidade jurídica, sendo a concessão compartilhada no mesmo percentual de participação das empresas no consórcio.

As empresas integrantes do consórcio poderão constituir sociedade de propósito específico - SPE para a construção e administração do empreendimento licitado, mantendo-se em ambas as situações a condição da Copel como majoritária.

Assim, o consórcio será formado para participar dos leilões relativos aos empreendimentos localizados no Estado do Paraná, respectivamente nos seguintes municípios:

. Usina Hidrelétrica de Salto Grande, no rio Chopim, localizada nos municípios de Itapejara do Oeste, Pato Branco e Coronel Vivida, com potência mínima instalada de 53,3 MW (megawatts);

. Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, no rio Iguaçu, localizada nos municípios de Capanema, Capitão Leônidas Marques, Nova Prata do Iguaçu, Planalto e Realeza, com potência mínima instalada de 350 MW (megawatts); e

. Usina Hidrelétrica Mauá, no rio Tibagi, localizada nos municípios de Ortigueira e Telêmaco Borba, com potência mínima instalada de 382,2 MW (megawatts).

A participação da Copel possibilitará o bom desempenho das obrigações derivadas do contrato de concessão, uma vez que a Companhia dispõe dos recursos e habilidades suficientes para cumprir os misteres resultantes da concessão, sem descuidar do interesse público inerente.

Além da participação no consórcio, o Estado terá a exploração comercial dos empreendimentos, atendendo a todos os clientes do Paraná. A construção das usinas propiciará o incremento da geração de energia no Estado do Paraná, melhorando significativamente os níveis de qualidade da energia elétrica fornecida pela Copel, o que, por sua vez, aumentará consideravelmente a confiabilidade do sistema interligado como um todo. Pela aproximação com a Eletrosul, o consórcio, fortalecido, terá condições de evitar que outros competidores se instalem no Estado, além de aumentar o peso da Copel no cenário nacional, em relação às geradoras de energia elétrica.

Para viabilizar todo o ora exposto, segue com este ofício justificativa elaborada por técnicos da Copel e sugestão de projeto de lei que possibilitará o atingimento dos propósitos aqui descritos.

Certo da boa acolhida dessa Casa ao pleito em apreço, antecipo-lhe agradecimentos e me subscrevo.

Atenciosamente,

(a) **ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA**
Governador do Estado do Paraná

PROJETO DE LEI Nº 671/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a Associação Bom Samaritano Francisco Beltrão, com sede e foro na cidade e comarca de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) **HERMAS BRANDÃO**

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 31 de dezembro de 2002, a Associação Bom Samaritano de Francisco Beltrão, tem sua sede

e foro na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, estando devidamente registrada sob nº 0026/2002, no Livro B-113, do Cartório de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Francisco Beltrão.

Trata-se de uma sociedade, beneficente e cultural, que tem por finalidades principais atender pessoas sem qualquer discriminação de cor, sexo, nacionalidade, profissão, crença religiosa ou política, prestando assistência na área de saúde e na prevenção e tratamento de dependentes de drogas, além de propugnar pela difusão de princípios morais e sociais.

Constituída há mais de ano, a associação não visa lucros, presta desinteressadamente serviços de utilidade pública a seus associados, não distribuindo lucros ou dividendos e sua diretoria não é remunerada.

Para melhor análise, junta-se ao presente projeto cópia dos estatutos de criação da entidade; Certidão do Cartório de Registro Civil: Ata da Assembléia de Eleição da Diretoria atual: Relatório de Atividades e cópia da Lei nº 2.960/2003, que declarou a Associação de Utilidade Pública Municipal.

Assim, cumprindo todos os requisitos legais exigíveis à sua declaração de Utilidade Pública Estadual, contamos com a aprovação dos nobres Pares para o presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 672/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado dos Transportes, a celebrar convênio com o Governo Federal, objetivando recuperar o trecho da Rodovia BR-163, que liga o município de Marechal Cândido Rondon ao município de Guaíra.

Art. 2º Fica ainda, autorizado o Poder Executivo a remanejar recursos orçamentários do presente exercício, para a execução da presente lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) **ELIO RUSCH**

Apoiamento:

Ratinho Júnior, Valdir Rossoni, José Domingos Scarpellini, Rafael Greca, Tadeu Veneri, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Arlete Caramês, Marcos Isfer, Barbosa Neto e Ailton Araújo.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta tem por escopo autorizar o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado dos Transportes, a celebrar convênio com o Governo Federal, objetivando recuperar o trecho da Rodovia BR-163, que liga o município de Marechal Cândido Rondon e o município de Guaíra.

O Tribunal de Contas da União determinou, através de medida cautelar, a suspensão dos atos de transferência de domínio de trechos de rodovias federais aos estados, dentre elas a BR-163, em nosso Estado.

Pode-se observar que a situação da rodovia é precária e tecnicamente insustentável, expondo a comunidade local a inaceitáveis riscos, já que a falta de obras de conservação gera a possibilidade de desabamento de pontes e pode resultar na completa deterioração das rodovias.

Por outro lado, convém salientar que essa rodovia faz a ligação do Sul ao Norte do país. Estrada esta que é utilizada, não somente para o transporte interno de produtos, mas também, para transportar produtos do Estado vizinho do Mato Grosso e outros estados da Federação com destino ao Porto de Paranaguá para exportação.

Por tudo que foi exposto, esperamos contar com o devido apoio dos nobres Pares com assento neste Parlamento.

PROJETO DE LEI Nº 673/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Kamal David Curi.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Kamal David Curi nasceu na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na data de 13 de novembro de 1924.

Filho de David Jorge Curi e Maria Hosni Curi começou seus estudos na cidade de Imbituva, em 1931. Cursou o primeiro grau em Ponta Grossa no ginásio Regente Feijó e na cidade de Castro, no ginásio Santana. Cursou o 2º grau no ginásio Paranaense na cidade de Curitiba, o curso técnico de pré-engenharia.

Na sua vida acadêmica incluiu-se a Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Paraná, concluída no ano de 1948.

Na sua vida cultural foi realizador de inúmeras atividades, como por exemplo: palestras no Rotary Clube de Curitiba; aula Inaugural na Pontifícia Universidade Católica do Paraná sobre a destinação final de resíduos urbanos: Histórico - métodos e processos. Proferiu palestras na Câmara Municipal de Curitiba sobre o tema: disposição final de resíduos sólidos e urbanos - métodos e processos. É Presidente da Associação Brasileira de Limpeza Pública do Estado do Paraná, e Vice-Presidente da Associação Brasileira de Limpeza Pública do Estado de São Paulo.

Fundador, Presidente e membro do Conselho Consultivo da Associação Paranaense dos Empréstimos de

Obras Públicas - Apeop, por três mandatos consecutivos. Fundador Presidente do Instituto Paranaense de Engenharia Legal e Avaliações. Diretor-Presidente do jornal O empreiteiro do Paraná. Presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná, por três mandatos consecutivos. Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, por três mandatos consecutivos. Conselheiro junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - Paraná. Conselheiro junto ao Conselho do Fundo de Produção e Pesquisa do Instituto de Biologia e Pesquisa Tecnológica. Conselheiro da Federação Nacional dos Engenheiros, com sede em Porto Alegre. Conselheiro Representante do Sindicato dos Engenheiros do Paraná. Membro efetivo da Comissão da Construção Civil do Conselho Consultivo da Política Industrial e Comercial do Paraná - Coind. Membro do Conselho de Administração da Mineropar - Minerais do Paraná S/A. Membro do Conselho Fiscal Empresa de Obras Públicas - Emopar. Membro do Conselho Fiscal Empresa de Energia do Paraná - Copel. Membro da Comissão Estadual da Indústria da Construção do Paraná. Dentre outras participações.

Na sua vida profissional executou através da Construtora Kamal David Curi Ltda o Sistema de Abastecimento de Água para a Sanepar. Executou e construiu as agências do Banco do Estado do Paraná, nas cidades de Fênix, Jardim Alegre, Barbosa Ferraz e São João do Ivaí.

Construiu diversos edifícios e lojas em diversas cidades do Paraná. Projetou e executou a construção da Mesquita Muçulmana de Curitiba para a Sociedade Muçulmana do Paraná.

Executou o sistema de abastecimento d'água da subestação de Itaipu para Furnas Centrais Elétricas em Foz do Iguaçu. Executou serviços de urbanização Jardim Bourbon, com 340 lotes de 220.000,00m de área em Foz do Iguaçu.

Foi também avaliador de imóveis para o Banco do Estado do Paraná, nas seguintes cidades: Umuarama, São José dos Pinhais, Curitiba, Cascavel, Foz do Iguaçu e Castro, e também, no estados de Santa Catarina, na cidade de São Francisco do Sul; São Paulo, cidade de São Paulo e no Mato Grosso do Sul, na cidade de Ponta Porã. Avaliou imóveis para o Cohapar.

Desta forma, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para que possamos aprovar a presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 674/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Acrescenta-se ao artigo 4º-A na Lei nº 10.233, de 28 de dezembro de 1992, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º-A A taxa ambiental que trata o artigo anterior será reduzida em 505 quando se tratar de vistoria

para o cadastramento no Sisleg e se referir a imóveis rurais com área superior a 30 (trinta) hectares e inferior a 100 (cem) hectares.

§ 1º O pequeno proprietário de imóvel rural é isento da taxa prevista no caput, quando a fiscalização se referir ao cadastramento no Sisleg.

I - Entende-se por pequeno produtor aquele que for proprietário e residente de imóvel rural com área inferior a 30 (trinta) hectares.

II Entende-se por imóvel rural aquele que se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agroindustrial, independentemente de sua localização.

§ 2º Estão excluídos da isenção prevista nesta lei os proprietários de imóveis que não o destinem para as atividades enumeradas no inciso II do parágrafo 1º do artigo 4º-A.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa incentivar e auxiliar os produtores rurais e cadastrar seus imóveis rurais no sistema Sisleg, com o fim de melhor controlar a existência de áreas de preservação permanente e reservas florestais legais. Importante ressaltar que a preservação ambiental é responsabilidade tanto do Estado como dos proprietários rurais. Portanto, nada mais correto que o Estado, através de lei, incentive e facilite a inscrição no referido sistema desses imóveis.

Outrossim, faz-se necessário ressaltar o fato de que o pequeno produtor rural tem aproximadamente os mesmos custos, para efetuar o cadastramento em tela, que um médio/grande produtor rural. Pretende-se com este projeto observar os princípios gerais de tributação, tais como a isonomia e capacidade contributiva daqueles que estão suportando o tributo, uma vez que se estabelecem três categorias diferentes de imóveis rurais que manifestam diferentes capacidades contributivas.

Ademais, estão excluídos da isenção aqueles imóveis rurais, tais como, chácaras, sítios e outras propriedades que efetivam somente atividades recreativas e, via de regra, possuem maior poder contributivo. Será, o presente projeto, uma tentativa de se efetivar a justiça fiscal neste Estado, além de incentivar a proteção ambiental.

Com intuito elucidativo e para atendimento das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000 - esclarece-se que o Estado arrecadou com o cadastramento do Sisleg, segundo dados fornecidos pelo Instituto Ambiental do Paraná, os seguintes valores:

a) 2003 - R\$ 311.313,35 (trezentos e onze mil, trezentos e treze reais e trinta e cinco centavos);

b) 2004 - R\$ 630.037,78 (seiscentos e trinta mil, trinta e sete reais e setenta e oito centavos);

c) 2005 - até abril - R\$ 211.406,49 (duzentos e onze mil, quatrocentos e seis reais e quarenta e nove centavos).

Desta forma, esperamos contar com apoio dos nobres Pares para que possamos aprovar a presente proposição.

Promulgação da Emenda nº 16

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Finda a leitura do Expediente, antes de passarmos ao Pequeno Expediente vamos promulgar uma Emenda à Constituição Estadual.

A Mesa da Assembléia Legislativa, irá, na presente Sessão, de acordo com o que determina a Constituição do Estado e o Regimento Interno, promulgar a Emenda nº 67, que acrescenta parágrafos à Sessão 2ª, do Capítulo 1º, do Título 3º da Constituição do Estado do Paraná.

Solicito ao 1º Secretário que proceda à leitura dos termos da Emenda nº 16 da Constituição Estadual.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)
(Lê):

EMENDA Nº 16

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná promulga, nos termos do parágrafo 3º do artigo 64 da Constituição Estadual, a seguinte

EMENDA CONSTITUCIONAL:

Artigo Único. A Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação, alterados os artigos 68, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 106, 107 e 108, revogados o inciso II do artigo 93, os artigos 102, 103, 104 e o parágrafo 1º do artigo 107, da Constituição Estadual e os artigos 29 e 44 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Ficando ainda, excluídas a seção III e a expressão ‘Do Tribunal de Alçada’, do Capítulo III, do Título III da Constituição Estadual.

“Art. 68 ...

II - nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Assembléia Legislativa, do Tribunal de Justiça e do Ministério Público.”

“Art. 93 ...

II – revogado;”

“Art. 94 ...

Parágrafo único. No Tribunal de Justiça haverá um órgão especial, integrado por vinte e cinco desembargadores, para o exercício de atribuições administrativas e jurisdicionais, delegadas da competência do tribunal pleno, provendo-se a metade das vagas por

antigüidade e a outra metade por eleição pelo tribunal pleno."

"Art. 95. Um quinto dos lugares do Tribunal de Justiça será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional.

§ 1º Os integrantes do quinto constitucional serão indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classe. "

"Art. 96 ...

I - ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em Direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação;

II - ...

c) aferição do merecimento conforme o desempenho e pelos critérios objetivos de produtividade e presença no exercício da jurisdição e pela frequência e aproveitamento em cursos de aperfeiçoamento oficiais ou reconhecidos;

d) a lista de promoção por merecimento será formada pelos três juízes mais votados pelo órgão competente, cabendo ao Presidente do Tribunal de Justiça o respectivo provimento.

...

f) na apuração de antigüidade, o Tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação;

...

h) não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão.

V - o acesso ao Tribunal de Justiça far-se-á por antigüidade e merecimento, alternadamente, apurados na última entrância;

VI - previsão de cursos oficiais de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados, constituindo etapa obrigatória do processo de vitaliciamento a participação em curso oficial ou reconhecido por escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados;

...

IX - o juiz titular residirá na respectiva comarca, salvo autorização do Tribunal;

X - o ato de remoção disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do Tribunal de Justiça ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa;

*X-A - a remoção a pedido ou a permuta de magistrados de comarca de igual entrância atenderá, no que couber, ao disposto nas alíneas **a, b, c, e e h** do inciso II;*

XI - todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos em que a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse à informação;

XII - as decisões administrativas do Tribunal de Justiça serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros;

XIII - a atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedadas as férias coletivas nos juízos e no Tribunal de Justiça, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente;

XIV - o número de juízes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população;

XV - os servidores receberão delegação para prática de atos de administração e de atos de mero expediente sem caráter decisório;

XVI - a distribuição de processos será imediata, em todos os graus de jurisdição;

XVII - as custas e emolumentos serão destinados exclusivamente ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça;

XVIII - o Tribunal de Justiça poderá funcionar descentralizada mente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à Justiça em todas as fases do processo;

XIX - o Tribunal de Justiça instalará a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções da atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários."

"Art. 97 ...

Parágrafo único ...

IV - receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei;

V - exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração."

"Art. 98 ...

a) Se o Tribunal não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na forma do parágrafo 1º deste artigo.

b) Se a proposta orçamentária de que trata este artigo for encaminhada em desacordo com os limites estipulados na forma do parágrafo 1º o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.

c) Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais."

"Art. 99. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça:

II - elaborar seu regimento interno, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos órgãos jurisdicionais e administrativos;

III - organizar sua Secretaria e serviços auxiliares;

V - conceder férias, que não poderão ser coletivas, licenças e outros afastamentos a seus membros e servidores."

"Art. 100. O Tribunal de Justiça, com sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado, compõe-se de desembargadores, em número fixado em lei, nomeados entre os juízes de última entrância, observando o disposto nos artigos 95 e 96, V, desta Constituição."

"Art. 101. ...

I - ...

a) a alteração do número de seus membros;

II - prover, na forma prevista na Constituição Federal e nesta, os cargos de magistratura estadual, de primeiro e segundo graus, incluídos os de desembargador, ressalvada a competência pertinente aos cargos do quinto constitucional;

VII - ...

a) nos crimes comuns e de responsabilidade, os deputados estaduais, os juízes de direito e juízes substitutos, os secretários de Estado, os membros do Ministério Público e os prefeitos municipais, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral, e, nos crimes comuns, o vice-governador do Estado;

VIII - julgar em grau de recurso os feitos de competência da justiça estadual, salvo os atribuídos, por lei, aos órgãos recursais dos juizados especiais;

IX - exercer as demais funções que lhe forem atribuídas por lei."

Art. 102. Revogado.

Art. 103. Revogado.

Art. 104. Revogado.

"Art. 106. Além de outros enumerados em lei, constitui requisito e inscrição no concurso de ingresso na carreira ser bacharel em Direito."

"Art. 107. Para dirimir conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça proporá a criação de varas especializadas, com competência exclusiva para questões agrárias.

§ 1º Revogado."

"Art. 108. ...

§ 2º Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares do Estado nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri, quando a vítima for civil, cabendo ao Tribunal de Justiça decidir sobre a perda do posto ou da patente dos oficiais e da graduação dos praças.

§ 3º Compete aos juízes de direito do juízo militar processar e julgar, singularmente, os crimes militares cometidos contra civis e as ações judiciais contra atos disciplinares, cabendo ao conselho de justiça, sob a presidência de juiz de direito, processar e julgar os demais crimes militares."

Art. 2º Revogam-se o inciso II do artigo 93, os artigos 102, 103, 104 e o parágrafo 1º do artigo 107, da Constituição Estadual e os artigos 29 e 44 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 3º Ficam excluídas a seção III e a expressão "Do Tribunal de Alçada", do Capítulo III, do Título III da Constituição Estadual.

Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 20.07.2005.

(a) **ROBERTO REQUIÃO**
Governador do Estado

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Mesa da Assembléia Legislativa promulga, nos termos do parágrafo 3º, do artigo 64 da Constituição Estadual, a Emenda nº 16 à Constituição do Estado do Paraná.

Esta Presidência tem a satisfação de convidar o 1º Secretário, Sr. Deputado Carlos Simões, a apor sua assinatura no autógrafo da Emenda que acabo de promulgar.

(O Sr. 1º Secretário apõe assinatura)

Da mesma forma, esta Presidência tem a satisfação de convidar o Sr. 2º Secretário, Sr. Deputado Geraldo Cartário, a apor a sua assinatura no autógrafo da Emenda nº 16 à Constituição do Estado.

(O Sr. 2º Secretário apõe assinatura)

Esta Presidência declara promulgada a Emenda nº 16 à Constituição do Estado do Paraná. Determino a sua publicação no Diário da Assembléia Legislativa e no Diário Oficial do Estado para que produza os efeitos legais.

Pequeno Expediente:

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Subo à tribuna na tarde de hoje, para agradecer ao apoio que tive de todos os Deputados desta Casa, tanto das comissões por onde tramitou o projeto de lei que foi aprovado pela maioria dos Deputados da Assembléia Legislativa do Paraná e que agora teve a sanção do Governador Roberto Requião e se transformou na Lei nº 14.858.

Quero, de público, dizer da minha satisfação e da minha alegria por cumprir aqui o papel que é de todos nós. Temos o cuidado, na hora de propor leis, para que não sejam inócuas, não tenham cunho populista, que visem apenas o holofote, mas que tenham a sua função social e que possam, acima de tudo, melhorar a qualidade de vida, servindo a população do povo do Estado do Paraná.

Milhares e milhares de paranaenses serão beneficiados com a Lei nº 14.858. Esta lei facilita e desburocratiza as relações dentro do Detran de todo o Paraná. Na hora do registro de um veículo, na hora da retirada ou no trâmite da retirada de uma Carteira Nacional de Habilitação ou mesmo até na transferência de qualquer tipo de documentação interna, não há mais aquela exigência de que a pessoa tinha que apresentar, no momento em que dava entrada a esses processos que acabo de mencionar, da entrega de cópia de conta de luz, água, telefone ou de outro documento que inibia, prejudicava e atrapalhava, principalmente as pessoas que não têm uma conta de luz, água, telefone ou imóvel, em seu nome. Agora precisa apenas de um termo de declaração, assinado por duas testemunhas, sem ser necessário também que a pessoa reconheça firma dessas duas testemunhas. Apenas a testemunha basta para que a pessoa faça a transferência de uma documentação, o registro de um veículo ou mesmo, a Carteira Nacional de Habilitação.

É de muita, mas muita valia esta lei e isto eu pude sentir, quando estive visitando o Detran de Londrina na semana passada, e vi a satisfação de funcionários, de despachantes e, até da própria população que ainda não tem conhecimento deste fato, já que ainda não há a publicidade devida, para que as pessoas tomem conhecimento de quão importante vai se tornar, com certeza, esta lei que

pode ser simples, por ser voltada para um setor, mas com certeza, vai beneficiar como um todo, o povo do Estado do Paraná.

Pessoas que moram na zona rural e que tinham até mesmo que tentar burlar a legislação, forjando documentações para que pudessem receber o registro do seu carro, uma carteira de Habilitação, porque isso tudo é feito pelos Correios. Agora não terão mais essa exigência. Apenas duas testemunhas vão atestar que o endereço corresponde.

Estudantes, trabalhadores que estavam em trânsito por alguma cidade, que moram em pensão, em hotel, que não têm nenhum tipo de bem no seu nome, poderão registrar o seu automóvel, a sua carteira de Habilitação e fazer essa transferência. Estudantes também serão beneficiados, estudantes universitários, notadamente, não precisam mais colocar o veículo em nome do amigo, de parente, de terceiros, e vai inclusive, evitar problemas internos para o próprio Detran.

O documento acabava sendo extraviado, inclusive, o prazo de trinta dias, para quem compra um veículo teria que ser respeitado, a pessoa perderia cinco pontos na carteira, teria que pagar multa se não respeitasse o prazo. Tudo isso agora acabou, com essa desburocratização, através da Lei nº 14.858.

Estamos agradecendo ao despachante José Lopes, que foi quem nos inspirou a propor essa lei. Agradecemos ao Presidente da Associação dos Despachantes de Londrina, Adeval Evangelista de Camargo, por ter, desde o primeiro momento, dado toda a força necessária para que esse projeto se transformasse em lei.

Enfim, quero agradecer aos despachantes, aos funcionários do Detran, e, principalmente aos nossos colegas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que ajudaram, através da compreensão do escopo desta lei que evita a burocracia e que terá mais agilidade nos trâmites do Detran.

Era este o pronunciamento, Sr. Presidente Hermas Brandão. Agradeço também a V. Exa. que assinou esse documento, que foi levado para o Governador do Estado, que sancionou a Lei nº 14858.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

No Pequeno Expediente, o Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores:

Sr. Presidente, é um caso de polícia muito sério.

Vimos, na última semana, um ônibus da viação J. Araújo ser tomado na Avenida Visconde de Guarapuava, por um delegado de polícia, de nome Wallace Mamede e

Castro, que invadiu o ônibus de revólver em punho, paralisou quarenta e duas pessoas, motoristas e companhia limitada.

Parece o John Wayne, em ação contra índios, nos Estados Unidos, no começo da civilização branca, naquele território.

O nosso delegado, não satisfeito, algema o motorista, sem motivo nenhum, deixa o trânsito paralisado naquela avenida por mais de duas horas. Quando chega o segundo motorista da Viação Araújo para retirar o ônibus, também o prende e o algema. Quando chega o proprietário da empresa, o delegado tira mais um par de algemas. Aí, vê que a rede Globo e a imprensa estavam lá, desconversa, não faz o ato da prepotência e da barbárie com o proprietário da empresa.

Então, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é um caso de polícia muito sério. Assim como foi séria a ação da polícia, ontem, na saída da arena da baixada contra os torcedores do Paraná Clube. Com balas que dizem ser de borracha. Sabe lá, que tipo de lavagem é essa que já perfurou o olho de uma pessoa que está internada no hospital. A polícia, indiscriminadamente, começa a bater nos torcedores do Paraná. Jovens ainda levam alguns tiros das tais balas de borracha. As balas dos vampiros são balas de prata, a da polícia são de borracha.

Isso tudo, Sr. Presidente, é o que está ocorrendo no Paraná com relação à segurança. Em Apucarana, o índice de criminalidade aumentou assustadoramente, e a polícia vem, e aqueles estudiosos que deveriam estar pedindo por mais policiais, por mais ações da polícia, vêm e dizem que o problema é que do mês de setembro para cá a justiça liberou trinta presos.

Ora, trinta presos foram liberados, que tinham direito de buscar a sua vida e a sua liberdade, que a justiça assim entendeu, e agora querem culpar a justiça pela falta de policiamento, tanto na Polícia Civil quanto na Polícia Militar. E agora, Sr. Presidente, temos aqui uma situação inusitada, não quero entrar em detalhes, mas quero avisar ao Secretário Pisseti que se alguém roubou esse documento lá de dentro do seu gabinete e me trouxe, esse roubo, o lugar de se dar parte é na polícia.

Eu quero aguardar a queixa do Secretário Pisseti na polícia, porque, Sr. Presidente, não chega documento furtado lá na minha casa, roubado; alguém da confiança do Secretário, que talvez o tenha subtraído, fez um grande bem para o Paraná, e os senhores terão conhecimento disso. E quero dizer mais, na minha casa também não chega televisão de vinte e três mil reais de presente como chega na casa de algumas pessoas.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra, Deputado Rafael Greca, por cinco minutos.

Deputado Rafael Greca (PMDB)

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na mesma semana em que o Tribunal de Justiça fez um acórdão condenando a construção e o convênio do Hospital do Bairro Novo em Curitiba, a realidade do Estado, perversamente, defendeu com veemência, a construção por emergência em onze meses de um hospital, utilizando materiais e tecnologias inéditas no Brasil, importadas dos Estados Unidos. Eu digo o porquê, porque na mesma semana da decisão judicial contra o Hospital de Pinhais, Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Luz; aconteceu um desastre, onde morreram sete pessoas, dirigindo-se de Joaquim Távora a Curitiba em ambulância para buscarem socorro num hospital de Curitiba; e um desastre onde morreu uma outra pessoa vinda num carro da Prefeitura desde Andirá para Curitiba, também tendo que viajar quatrocentos quilômetros para buscar socorro num hospital da Capital. Do lado de Andirá e de Joaquim Távora existe a cidade de Santo Antônio da Platina aonde está fechado o hospital igual ao hospital do Bairro Novo, completamente fechado, sem uso, esperando que os agentes públicos equipem o hospital e o transformem em hospital regional.

Mas, ainda na mesma semana em que eu fui condenado por acórdão da 1ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça, por ter aberto o Hospital do Bairro Novo, o Hospital de São José dos Pinhais fechou as suas UTI's ao SUS; doze leitos acabaram, de servir aos pobres. Quando visitei o Hospital do Bairro Novo, na tarde de 27 de outubro, e vi que aquilo era muito bom e que eu não tenho que me envergonhar de tê-lo feito, e eu digo que faria tudo de novo, porque trata-se de um centro de excelência médica, eu vi a ambulância da Prefeitura de São José dos Pinhais trazendo os doentes para o hospital do Bairro Novo.

Então, pergunto aos senhores promotores públicos que me processaram, aos dois juízes que exararam acórdão contra mim, ressaltando o juiz Adalberto Xisto que fez um parecer muito ponderado e também o juiz Johnson, da Vara de Fazenda Pública, que reconheceu que não tive nenhuma vantagem pessoal e que também o município de Curitiba nada perdeu, pergunto o que faz a justiça com os hospitais que fecham? Ou contra as pessoas que fecham hospitais? Porque só se ocupam deste Deputado, que quando Prefeito, abriu um hospital com cem leitos na região metropolitana de Curitiba?

Pergunto aos senhores se conhecem um outro Prefeito que tenha aberto hospitais? Pelo que sei, a Santa Casa é de 1880, o Leprosário São Roque e o Isolamento do Estado, Hospital Oswaldo Cruz são de 1906, do Governo Caetano Munhoz da Rocha. O Hospital de Clínicas é de 1948, iniciativa do Reitor Flávio Suplicy de Lacerda e do Presidente, primeiro Getúlio Vargas depois Eurico Dutra. E por último o hospital do Bairro Novo é minha iniciativa. Todos os outros hospitais que atendem o

SUS no Paraná, ou são de irmandade como é o caso da Sociedade Beneficente Evangélica, da Santa Casa de Misericórdia ou são particulares.

Pergunto também: se o Direito não serve à vida, para que serve o Direito?

Mando esse relatório de todos esses fechamentos de hospitais e desses oito defuntos, que Deus os guarde em sua glória, que vinham de ambulância procurar socorro em Curitiba e morreram. Mando tudo isso como uma notícia de urgência do sistema de saúde do Paraná, para o Ministério Público, para o Presidente do Tribunal de Justiça, para o Governador do Estado e para o Secretário da Saúde do Paraná.

Não é só de más notícias que quero recheiar o meu pronunciamento. Saúdo com alegria a chegada da mensagem do Sr. Governador, que objetiva criar noventa cargos de agentes universitários para servirem aos hospitais estaduais da UEL, UEM, Unioeste.

Com isso, o Sr. Governador, que também está a construir e reparar hospitais, espera poder melhorar o atendimento, através de concurso e da criação de cargos dos três hospitais universitários, Centro de Excelência do interior do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Cesar Seleme**)

No Pequeno Expediente ainda, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (PFL)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso o Pequeno Expediente da Sessão de hoje para narrar um fato que aconteceu na última sexta-feira, na cidade de Guaíra. As lideranças daquele município, Terra Roxa, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, enfim, toda a região do Oeste se reuniram e fecharam a ponte Airton Sena, que liga o Mato Grosso do Sul ao Paraná.

O objetivo do manifesto foi chamar a atenção do Governo Federal e também do Governo Estadual, da precariedade que se encontra a Rodovia 163 que liga Marechal Cândido Rondon-Guaíra.

Já falamos sobre esse assunto. A Rodovia 272, que liga Francisco Alves-Guaíra está interditada devido ao estado precário que se encontra a ponte sobre o Rio Piquiri, e todo o movimento foi desviado para os municípios de Palotina e Terra Rocha, o que ocasionou também o estrago total daquela rodovia. A rodovia que liga Palotina a Terra Rocha está intransitável; e a rodovia que liga o município de Francisco Alves a Guaíra também está intransitável, quer dizer, está interditada. Então, na verdade, o município de Guaíra está ilhado.

Estive presente juntamente com o Deputado Elton Welter, na sexta-feira, na cidade de Guaíra, onde fomos solidários com esse movimento. Eu disse, naquela ocasião, e volto a dizer que, lamentavelmente, essa é a única

forma do Governo entender os reclamos e as necessidades de uma população quando precisa de melhoramento ou mesmo de uma obra. Ora, é inacreditável, Presidente Cesar Seleme.

Narramos aqui, e o Deputado Welter está presente e esteve lá, passou também por essa rodovia, por mais que queiramos falar no estado que se encontra aquela rodovia é inacreditável, ninguém acredita, mas não existe mais asfalto. Deputado Dobrandino, é intransitável. É lamentável ver o estado daquela rodovia. São sessenta quilômetros. Para ir de Marechal Cândido Rondon a Guaíra, com uma caminhonete, levei duas horas, Deputado Bradock, para fazer sessenta quilômetros, e eu ainda andei rápido.

Meus caros paranaenses que estão na tribuna, quando você vê os caminhoneiros andando com os seus caminhões e carretas e a forma como isso prejudica os carros, o peso, é um prejuízo incalculável para o proprietário do caminhão. Mais lamentável ainda, Srs. Deputados, é que depois da decisão do Tribunal de Contas da União de que a responsabilidade dessa rodovia (a conservação) seria do Governo Federal, porque tinha aquele empurra-empurra: “não é de responsabilidade do Governo Federal! Não é de responsabilidade do Governo Estadual!” Não se sabia quem seria o verdadeiro responsável. O Tribunal de Contas da União, há questão de umas duas semanas, três semanas atrás, determinou e oficiou o Governo Federal dizendo que a responsabilidade seria dele de recuperar aquela rodovia.

Pois bem, para nossa surpresa, quando estivemos em Guaíra, na sexta-feira, fomos informados, por um repórter, que o Deputado Dirceu Sperafico havia comunicado que na quinta-feira o Governo Federal teria entrado na Justiça para derrubar essa decisão do Tribunal de Contas da União. Ora, ...

O SR. PRESIDENTE (**Cesar Seleme**)

Trinta segundos para concluir, Deputado.

O SR. ELIO RUSCH

Eu uso o horário do PFL.

O SR. PRESIDENTE (**Cesar Seleme**)

Perfeito. Dez minutos.

Passa a usar o horário da Liderança do PFL

O SR. ELIO RUSCH

Ora, a que ponto chegamos?

Essa rodovia liga o Sul com o Norte do Brasil; é uma rodovia estratégica para o Paraná. Toda produção agrícola do Mato grosso, Mato Grosso do Sul, de Rondônia, de todos os Estados lá para cima, no Norte, usam essa rodovia e a ponte em Guaíra para escoar sua produção, para exportar via Porto de Paranaguá, mas no estado em que se encontram as rodovias não há condições de os

caminhões transitarem. E quem perde com isso? É o Paraná, porque os exportadores e os proprietários não vão mais trazer a produção por essa rodovia, eles vão para São Paulo.

Santos ganha, os outros portos ganham e quem perde somos nós.

E essa ação do Governo Federal, será que ela não vem exatamente em prejuízo para o Paraná e para todos os transeuntes que usam essa rodovia? Porque isso vai demandar tempo, um mês, um ano, dois anos. E o que é que vamos fazer? Sabemos que existe a lei de responsabilidade. Se a rodovia é federal, o Governo Estadual não pode aplicar recurso; se a rodovia é estadual, o Governo Federal não pode aplicar recurso e nem o município pode aplicar recurso para conservar essa rodovia.

Ora, para terminar essa lenga-lenga, eu disse na sexta-feira que iria apresentar hoje um projeto de lei. E vou apresentar, hoje, na Sessão. O que é que o projeto de lei diz:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado dos Transportes, a celebrar convênio com o Governo federal, objetivando recuperar o trecho da Rodovia 163 que liga o município de Marechal Cândido Rondon ao município de Guaíra.

Art. 2º Fica, ainda, autorizado o Poder Executivo a remanejar recursos orçamentários do presente exercício para execução da presente obra."

Ora, não podemos esperar o que vai acontecer. Vou apresentar o projeto, vou pedir regime de urgência, espero que todos nós Deputados façamos a nossa parte para que o Governo do Estado ao menos esteja autorizado para firmar o convênio, se o Governo Federal não quer. Mas, não venhamos a prejudicar a economia do nosso Estado. Não vamos nem falar de Prefeito, porque o Prefeito de Guaíra é do PT, de Marechal Cândido Rondon é do PFL, não vamos nem falar dos dois municípios, mas vamos falar o que representa essa rodovia para o Estado do Paraná.

Temos o porto, em Paranaguá, a ponte, em Guaíra e agora não têm rodovias para transportar essa produção! E não podemos esperar por isso.

Cedo aparte a V. Exa.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Elio Rusch, na semana passada fiz também um pronunciamento alertando o Governo do Estado, o Governo Federal sobre a situação da 153, da 476 que também liga o Sul do Brasil; liga o Rio Grande, Santa Catarina, Paraná e o Estado de São Paulo. A rodovia está em péssimas condições, o Governador deixou uma semana fechada, depois abriu. Acharmos que era para tapar os buracos. Agora, continua o período de chuvas, já caiu a metade da pista em determinado lugar e certamente também a região Sul do Estado do Paraná vai ficar isolada. E não vemos nem uma tomada de atitude.

Acho que o que precisaria, na verdade, era o bom senso do próprio Governador em procurar o Ministro dos

Transportes e conversar. Não adianta o Governador ficar aqui atribuindo a culpa ao Governo Federal porque ele está muito distante daqui. O que precisaria é o Governador pegar o seu avião ou aproveitar uma viagem e conversar com o Ministro dos Transportes para ver de quem é a responsabilidade, ou vamos fazer uma parceria. Porque está aí o caso de Guaíra, por exemplo.

Vou fazer um requerimento pedindo ao Governo do Estado para saber onde estão os recursos do pedágio da ponte. Porque agora terminou o pedágio da ponte, mas tinha um fundo em torno de trinta milhões em caixa, que poderia ser gasto para recuperar essa rodovia. Aonde vai o dinheiro? Aonde vai ser aplicado o dinheiro? Para lei, o dinheiro só poderia ser aplicado na ponte. Mas agora, terminado o pedágio, se necessário for aprovarmos uma lei aqui rapidamente, autorizando o Governo para investir nessas rodovias, estaríamos à disposição. Mas, na verdade, não podemos excluir a responsabilidade do Governo do Estado, porque se ele não é responsável pela rodovia, ele tem a responsabilidade com a economia do Estado.

Então, o Governador tem que conversar com o Ministro ou com o Presidente da República e tomar medidas rápidas, para que tenhamos soluções para esses casos que alertamos na semana passada e hoje V. Exa. faz esse excelente pronunciamento e se soma à preocupação de tantos paranaenses que estão sendo prejudicados.

Obrigado!

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Deputado Valdir Rossoni, a sua preocupação é a de todos os Parlamentares. Há questão de trinta dias ou dois meses, fizemos um pedido de informações na Assembléia, pedindo exatamente onde estariam os recursos. Recebemos a resposta do Governo Federal - vou repassar a V. Exa. - que diz ter trinta milhões. Ora, esse dinheiro seria do município de Guaíra. O próprio Prefeito, na sexta-feira - está presente o Deputado Elton Welter - diz que eles abrem mão desses trinta milhões de reais, que seria para construir e melhorar o entorno da ponte de Guaíra, para que fosse aplicado na rodovia, na recuperação de Marechal Cândido Rondon a Guaíra. O mesmo expediente recebemos - e V. Exa. deve ter também recebido - do Presidente da Câmara de Guaíra, exatamente dizendo que eles abrem mão desses trinta milhões de reais, mas que fosse aplicado nessa rodovia.

É com base nisso, Deputado Valdir Rossoni, que estamos apresentando um projeto, para que o Governo não venha dizer amanhã ou depois: Não posso aplicar dinheiro, porque essa rodovia não é do Estado, mas sim do Governo Federal. De posse desse projeto, sendo aprovado na Assembléia, o Governador sanciona e, sem sombra de dúvida, pode aplicar esse recurso.

O mais estranho que vimos Deputado Scarpellini, Deputado Ratinho Júnior, é que ao longo da rodovia de Marechal Cândido Rondon a Guaíra foram colocadas placas: BR-163, Governo Federal, como se essas placas

fossem resolver o problema das pessoas. Essas placas. Sr. Presidente, Srs. Deputados, lembrem-me o primeiro governo do Roberto Requião, quando as rodovias federais do Paraná inteiro estavam ruins, estragadas e acabadas, encheram de placas: Essa rodovia é de responsabilidade do Governo Federal. Fez a parte dele? Não, não fez!

O que nós paranaenses queremos são rodovias boas. As rodovias têm que ser conservadas. Rodovias só se conservam desde que você tenha recurso e dinheiro. E dinheiro tem que ser aplicado nisso. A rodovia federal, sei que o Governo Federal repassou recursos para o Governo do Estado.

Então, devolva o dinheiro para o Governo Federal e diga: não quero esse dinheiro e faça essa obra. Não permaneça com o dinheiro e diga que não quer fazer. Faça-se uma parceria - acho que não existe nada que uma boa conversa não resolva.

Não podemos prejudicar as pessoas que usam essa rodovia, que volto a dizer, a pior que conheço e nunca andei em rodovia tão ruim; Marechal Cândido Rondon a Guaíra, 163. A imprensa do Paraná e algumas televisões têm mostrado a precariedade dessa rodovia. Semana passada eu disse e desafio alguém andar comigo, não só nessa rodovia, mas em outras rodovias estaduais também. Da mesma forma duvido que exista uma rodovia no Brasil, não no Paraná, que esteja tão ruim como está a 163 ligando Marechal Cândido Rondon a Guaíra.

O SR. PRESIDENTE (**Cesar Seleme**)

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a a palavra ao Deputado Elton Carlos Welter, por cinco minutos.

Deputado Elton Carlos Welter (PT)

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vou ficar nesse assunto que o Elio Rusch falou, que é de extrema relevância para todo o Estado do Paraná. São seiscentos quilômetros em todo o Estado, das rodovias federais que estão estaduais e ninguém quer ser o “pai da criança”. Vou resgatar um pouco da história e da memória de V. Exas.

Fui, em nome desta Casa, na Câmara Federal, na Comissão Temática dos Transportes e lá é unânime, apesar da lembrança que fizeram no final do governo anterior, que é de responsabilidade das rodovias, solidária dos governadores e do Governo Federal.

Ocorre que o Ministério dos Transportes ainda não tem a certeza jurídica disso, mas há o entendimento político, Deputado Rossoni, Deputado Elio Rusch, já há a determinação de se convocar os governadores, fazer um acordo político para achar uma solução para essa questão. Os cento e trinta mil que foram repassados no final de 2002 eram insuficientes para deixar em condições legais, como a forma de ajustar a vida de quatorze governadores

para fechar as suas contas. Esse dinheiro, de fato, a maioria dele não foi investido nas rodovias.

Quero, ao mesmo tempo, agradecer ao Governador por ter feito a rodovia Toledo-Quatro Pontes, que fomos inaugurar no dia de ontem - que ficou belíssima, parabenizá-lo pela ação concreta -, mas, por outro lado, queria fazer um apelo ao Governador do Estado, para que ele negocie politicamente com o Ministro dos Transportes para resolver o problema das rodovias federais do Paraná para que o Governador também se empenhe politicamente para essa solução.

Não adianta ele dizer que essa rodovia é só do Lula, como ele disse em discurso, porque não é verdade. Tem que ter uma solução coletiva e a solução será uma nova medida provisória, acertada com os governadores e quatorze Estados. E essa determinação já existe na Casa Civil da Presidência da República, a solução está a caminho e, Deputado Elio Rusch, nós saímos daquele ato que fomos presenciar em Guaíra com o seguinte encaminhamento: que nós vamos, com base naquela ação que teve lá na comarca de Umuarama, que é uma ação cível promovida pelo Ministério Público, que determinou que se executasse a ponte do rio Piquiri, nós vamos ajuizar lá também, pedindo providências para decidir quem vai executar essa obra, independente se for o Ministério dos Transportes ou se será a Secretaria dos Transportes do Estado do Paraná.

Essa ação, acredito que fique pronta até quinta-feira. Foi o encaminhamento dado pelas lideranças políticas daquela região, foi o encaminhamento que nós propusemos para aquele evento.

Então, as rodovias federais do Estado que não estão sendo recuperadas, é por causa desse conflito jurídico e acredito que nos próximos dias terá uma solução nacional - já se fala em torno de dois bilhões de reais para ser pactuado com os governadores para restaurar essas rodovias federais, que são estaduais, do ponto de vista da lei, do acerto político e da legislação que foi feita em 2002. Mas, a União está aceitando discutir e pactuar para ter um marco legal ou os governadores que não quiserem as rodovias para eles, vão ter que fazer um acerto de contas desses cento e trinta mil que foram repassados por quilômetro, devolvendo naquilo que a União deve para os estados, porque senão não fecha, e devolve as rodovias. Não tem outra saída! Aí, a União retoma as rodovias de novo e faz um entendimento daquilo que a União deve para os estados, mas só que tem que compensar esse cento e trinta mil reais que já foram repassados por quilômetro, para restaurar rodovias no Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Cesar Seleme**)

No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Neivo Beraldin.

(Declina)

Horário das Lideranças:

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni, pelo PSDB.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sra. Deputada:

Ao ouvir o pronunciamento do Deputado Elton Welter, fico imaginando: que Brasil que vivemos e por quem somos governados! Deputado ter que entrar na Justiça para que o Governo faça as obras que são de sua obrigação. Isso é, como diz o caboclo, “o fim da picada”!

Na verdade, é o seguinte: enquanto se preocupam em dar explicações, estamos aqui nos debatendo com problemas, veja o seguinte: está no terceiro ano de governo, dos atuais governantes, e agora se pede o entendimento.

Deputado Elton Welter, vou lhe conceder o aparte, talvez V. Exa. me ajude a entender a situação: se em três anos não deu tempo para se reunir e entrar em um entendimento político, não é agora, que a casa do Lula está pegando fogo, que o Requião vai chegar lá. O Requião chegava na casa do Lula quando a casa estava em calma e a popularidade do Lula estava lá em cima. Agora, ele não vai. Ele vai ficar aqui atirando pedras para ver se salta faísca para pegar fogo em toda a República. Vocês não conhecem, mas nós conhecemos!

Não quero fazer a defesa do Presidente Lula, mas a grande verdade é essa. E nós vamos terminar o Governo Lula, terminar o Governo requião, e as rodovias, que supostamente são federais ou estaduais, é como a história da aftosa: está chegando a culpa, agora. Já chegamos a quem é o culpado, foi encontrado o culpado: é a vaca. A vaca é a culpada. Então, está como a questão das rodovias. As rodovias, os culpados das rodovias não são os governos, são os caminhoneiros que transitassem com caminhões com carga, porque se eles transitarem com automóveis sem passageiros, certamente não deteriorariam as rodovias.

Então, a pergunta que me faço: se um Deputado, para exercer a sua função, tem que entrar na Justiça do seu governo para que ele tenha que agir? Precisamos melhorar o governo!

Concedo um aparte ao Deputado Elton Welter.

O Sr. Elton Carlos Welter (PT)

Deputado, veja só, a situação criada é uma situação inusitada, criada no seu governo, situação para resolver as contas de vários governadores de Estado.

O Governo Federal tem a tese de que essas rodovias já são do Estado, ele também tem que cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Agora, já há consenso também de que precisa essa solução política, por que nós

estamos questionando na justiça para agilizar? Inclusive, para o Judiciário responsabilizar mais rapidamente quem de fato é o responsável pela obra. Infelizmente, alguns governadores estão resistentes, terão que devolver o dinheiro ou fazer um acordo compactuado com o Ministério, têm que conversar. Não existe marca legal, Deputado Rossoni, criada uma circunstância na época do seu Presidente da República, o FHC, e do seu Governador, e são outros quatorze estados.

Então, a solução sairá, provavelmente será uma nova medida provisória, e eu acredito que neste ano comecem a fazer a restauração de algumas rodovias.

Estamos intensamente trabalhando nisso, há um esforço unânime desta Casa nesse sentido, ninguém quer as rodovias cheias de buracos. Nós estamos fazendo essa ação, inclusive, teve gente dentro do Ministério que falou para fazer essa ação, não posso falar o nome, porque isso acaba contribuindo para agilizar a decisão, inclusive, da questão governamental.

Então, muito obrigado pelo aparte. Não é má-vontade do Governo Federal, infelizmente não existe marco legal para fazer investimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSB)

Eu só queria dizer a V. Exa. que culpar governos anteriores depois de três anos governando o país, é um pouquinho tarde, porque se em três anos não deu tempo para se reunir e fazer o consenso nem daqui a vinte anos vão se reunir. E eu disse anteriormente: o Governador Requião não vai fazer reunião com o Lula. O chulé do Lula pegou fogo! E o Lula vai fugir! Até que esta Casa estava dando dividendos políticos, certamente ele sempre estava lá. Agora deixem que os paranaenses se danem com as rodovias - porque nós vamos ficar discutindo aqui quem é o verdadeiro responsável por essa situação.

Sr. Presidente, quero aqui manifestar o apoio deste Deputado, e acredito que de muitos Deputados, mas não tenho aqui a procuração do manifesto que os prefeitos estão fazendo hoje, na situação crítica das prefeituras. Todos nós sabemos que as prefeituras do país só estão recebendo encargos, não estão recebendo os devidos.

Ora, quando se falou em municipalizar a Saúde era para aumentar os recursos. Quando se fala na questão da Educação, também. As prefeituras hoje não têm condições de executar os seus orçamentos e o que me espanta muito desta situação, não sei se algum dos Parlamentares, mas devem ter ouvido que este último mês foi arrecadação recorde. E aí você vai perguntar aos prefeitos. Ouvi pela CBN, um prefeito aqui da região metropolitana hoje falando, que a arrecadação da Prefeitura caiu em 30% - não sei como é essa matemática feita pelo Ministério da Fazenda, porque um lado anuncia-se o aumento de arrecadação, arrecadação recorde, como se isso fosse um troféu. Isso não é um troféu, é mais desgraça para o povo, porque quanto mais dinheiro na mão dos incompetentes, mais mal gasto vai ser!

E a grande verdade, Deputado Rafael Greca, V. Exa. que foi Prefeito sabe, o endereço do doente, o endereço da criança desnutrida, o endereço da rua que não tem saneamento básico, o endereço da favela é o município, não é o Governo Federal! E por essa razão eu me somo aos prefeitos do Paraná e do Brasil que têm, sim, que fazer uma movimentação porque há uma lei no Congresso para ser votada. Temos que chamar os deputados federais, os senadores e dar a eles um ultimato, porque se aumentarem 1% do fundo de participação dos municípios, já ameniza o problema.

Por essa razão muitos governantes estão dizendo que os prefeitos querem fechar as prefeituras para irem pescar. Acho que os prefeitos têm que fechá-las para dar uma demonstração de descontentamento, demonstrar que não há como administrar as prefeituras sem os recursos necessários para atender às mínimas necessidades.

Com o aparte, Deputado Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Eu me somo ao seu pronunciamento, Deputado Rossoni, lembrando que esta é a velha receita do Fundo Monetário Internacional: o Brasil inteiro dá e Brasília tira!

Sobre a questão dos municípios, queria acrescentar que tiraram as contribuições de repasse devido aos municípios; deixaram apenas o percentual dos impostos, então isso reduziu, em muito, a arrecadação dos municípios. As contribuições do povo feitas nas cidades vão diretamente para o Governo Federal. Então o Brasil dá e Brasília tira!

Sobre a questão das estradas, quero me associar ao Deputado Elio Rusch, me solidarizar com V. Exa.: fui a União da Vitória dar uma aula na Universidade e andei naquela maldita estrada de meia pista onde é preciso encomendar a alma antes de entrar no trecho São Mateus do Sul-União da Vitória, porque não se sabe se morre na traseira do caminhão que freia diante do buraco, que pode tragá-lo, ou morre dentro do precipício. Sair vivo dali é realmente uma proeza de Hércules!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSB)

Sr. Presidente, termino o meu pronunciamento só com mais um registro. Gostaria de apenas mais alguns segundos.

Muitos têm acompanhado, Deputado Barbosa Neto, Deputado Ratinho Júnior, a luta do Deputado Rossoni com a questão das verbas de publicidade. Pela primeira vez subo a esta tribuna para fazer um elogio ao Governador Requião, depois de tanto eu alertá-lo desta tribuna, de que estavam gastando mal os recursos dos paranaenses, jogando fora o dinheiro público, ele tomou a seguinte medida: criou uma junta governativa na Secretaria da Comunicação. A junta é integrada pelos secretários: Eron Arzua e Reinhold Stephanes. Ele só autorizará verbas com publicidade com o visto desses secretários.

Pela primeira vez, como Deputado de Oposição, que tem o dever de fiscalizar, subo a esta tribuna para

enaltecer a atitude do Governador, que coloca esse Secretário perdulário, que joga o dinheiro público fora sem nenhuma responsabilidade! Hoje, se ele tivesse um pouquinho só de hombridade, pediria demissão, porque hoje ele está enquadrado, não tem mais autoridade para autorizar despesas na Secretaria da Comunicação.

Por esta razão, cumprimento o Governador. Depois de três anos de fala deste Deputado, até que enfim ouviu a voz deste Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Ailton Araújo)

PDT, Sr. Deputado Barbosa Neto.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estivemos reunidos no final de semana no distrito do Limoeiro, na cidade de Londrina, para uma conversa com os moradores locais, autoridades e representante do IAP, que é o chefe regional Ney Paulo, na tentativa de evitar um grave equívoco que o Governo do Estado está prestes a cometer para com a região metropolitana de Londrina.

Ali no distrito do Limoeiro, que é uma paisagem bucólica, temos inclusive as termas de Londrina, o Clube PSTC, o estádio de beisebol da CEU, o Aeroporto de Londrina, uma igreja antiga, de muita tradição, além de várias propriedades rurais. Nessa divisa, de Londrina e Ibiporã, ali com o bairro Santa Paula, o Governo do Estado quer construir um aterro industrial.

Cometerá um grave erro, na nossa opinião, porque aquela região, que já tem uma vocação para o turismo, para a gastronomia e para a agricultura, não pode abrigar um aterro industrial que tem um impacto ambiental muito grande. Primeiro, porque inviabiliza todas essas atividades no local e nas adjacências. Segundo, em função dos riscos de acidentes, que são ponderados quando se instala um aterro industrial.

O Paraná está muito atrasado nessa questão. O Rio Grande do Sul possui 29 aterros industriais. E temos que ter muito cuidado na hora de se instalar um aterro industrial. Ele é necessário? Sim. Ninguém quer um aterro, um cemitério, um lixão perto da sua casa, mas queremos coerência, queremos um relatório de impacto ambiental que leve em consideração as questões que estamos abordando aqui. E principalmente planeje o futuro. Isso é administrar. Por que não colocar esse aterro industrial numa região que esteja a pelo menos cinco quilômetros de distância dos distritos rurais da cidade de Londrina?

Não é justo, não é plausível se colocar a questão como quer o Governo do Estado, neste momento. Ali existe a nascente do rio Diamante, que acaba desembocando no córrego do Limoeiro, que por sua vez é afluente do rio Tibagi e estaríamos comprometendo a principal fonte de abastecimento de água de Londrina e de Cambé,

prejudicando a qualidade da água para milhares e milhares de pessoas.

A nossa preocupação é tão viável, tão imprescindível, eu diria, que a promotoria pública já está analisando essa questão e estou protocolando, na tarde de hoje, um requerimento, sugerindo a realização de uma audiência pública, para que a comunidade possa participar, juntamente com os representantes dos órgãos responsáveis e das autoridades, para se debater à exaustão essa questão, para encontrarmos um denominador comum e uma alternativa que não seja a instalação do aterro sanitário no local onde está escolhido neste momento. Acreditávamos que tudo isso já havia sido sepultado, com o levante da população há cerca de dois anos. O Governo volta à carga, com esse projeto que é natimorto e queremos que isso seja mais uma vez levado em consideração e que a população possa, pelo menos, opinar e levar ao Instituto Ambiental do Paraná, junto com as autoridades, as companhias que foram contratadas para fazer esse relatório de impacto ambiental e que se evite a instalação do aterro industrial no distrito do Limoeiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero deixar também registrada a minha opinião em relação ao que estamos tomando conhecimento relativo à segurança pública.

A que ponto chegamos! Nada do que vem mais da Segurança Pública surpreende este Deputado, principalmente quando ocupa o cargo de titular da Pasta, um cidadão totalmente despreparado e agora, Sras. e Srs. Deputados, não sei se pelo fato de esse Secretário ser dessa região, a região Noroeste do Estado do Paraná, ali na região de Colorado, não esteja havendo algum tipo de influência política e até de perseguição, para que o Governo, através da Secretaria da Segurança Pública, não libere viaturas da Polícia Militar, para atender a região que estamos falando.

Sras. e Srs. Deputados, algo de inusitado está acontecendo também em relação à questão da liberação de viaturas que deveriam ser distribuídas de forma técnica e não política. Mas, quando a comunidade, através da promotoria pública é obrigada a ingressar com uma ação civil pública, exigindo do Governo do Estado a disponibilização de viaturas para atender pequenos municípios do Noroeste do Estado, nos sobressaltamos.

Inajá, Paranacity e Cruzeiro do Sul são municípios que estão no domicílio eleitoral ou na região onde nasceu o Secretário Luiz Fernando Delazzari e esses três municípios só vão receber agora essas viaturas, por conta da juíza da comarca que concedeu, imediatamente, uma liminar, obrigando o Governo do Estado a disponibilizar viaturas para Paranacity e Cruzeiro do Sul. Inajá ainda não foi atendida e vale salientar que Paranacity é cidade sede dessa Comarca. Aí, o Governo do Estado, através da Secretaria da Segurança Pública, chama representantes de várias regiões do Estado para receber as chaves de 46 viaturas que serão para contemplar os municípios, que

receberam com valia e até acima de tudo, com mérito, esses veículos para cuidar da segurança pública.

Será que não está havendo, na região de Paranacity, de Colorado, uma influência política por parte do Secretário? Por que não liberou anteriormente essas viaturas. A que ponto que tem que chegar a ação, de uma ação civil pública, para conseguir liberar essas viaturas?

Mais uma vez, até citando o Deputado Valdir Rossoni. O Governo tem que receber uma determinação na Justiça. Em outros casos isso também já existe. Agora isso envergonha até mesmo o Governador Roberto Requião. Com certeza, o Governador não tem conhecimento diante desses fatos e, nós estamos trazendo essa preocupação na tarde de hoje, porque não pode ser usada como moeda de troca à concessão de viaturas que na verdade deveria ser uma obrigação do Governo, independentemente de prefeitura, de partido, deste ou daquele que apóia ou deixa de apoiar. Independente de picuinha local, o povo do Paraná e a segurança pública não podem pagar por tudo isso.

É o meu pronunciamento na tarde de hoje, que estamos tornando público para que a população tenha conhecimento do que está acontecendo efetivamente, na questão da liberação de viaturas, como já aconteceu com as ambulâncias no passado. Agora também as viaturas da Polícia Militar. Três municípios foram prejudicados anteriormente na questão da distribuição das ambulâncias e agora, ao que nos parece, também, para a segurança pública, através das viaturas da Polícia Militar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Ailton Araújo**)

Próximo horário, PT; PMDB. Com a palavra o Deputado Bradock.

Liderança do PMDB: Deputado Delegado Bradock

O SR. DELEGADO BRADOCK

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queria me dirigir em primeiro lugar ao Deputado José Domingos Scarpellini, sobre aquele fato do Delegado Dr. Wallace, que ocorreu numa das vias públicas desta cidade. Dizer que o Departamento da Polícia Civil e o Governador do Estado não pactuam com aquele tipo de conduta.

Não há necessidade de convocá-lo para vir aqui, que seria premiá-lo, vir a esta Casa de Leis.

Você não pode sair por aí, resolver coisas pessoais, particulares, ameaçando as pessoas. Até porque se tratava de um simples acidente de trânsito, que poderia ser resolvido com o Batalhão de Trânsito. Como não houve nem vítima, não haveria necessidade, uma boa conversa, seria resolvido.

Então, o Governador pediu taxativamente ao Delegado Geral e à Corregedoria da Polícia Civil que se apure todos os fatos concernentes ao Dr. Wallace, para que ele

responda processo disciplinar a respeito dos fatos. Não é uma atitude correta, não é uma atitude de Delegado de Polícia sair por aí ameaçando as pessoas que não têm nada a ver com o crime.

Por outro lado, gostaria de me somar também ao Deputado Rossoni e ao Deputado Elio Rusch, na questão das rodovias BR-153 e BR-163. Como também tenho alguns eleitores naquela região, quando para lá me desloco, geralmente a rodovia é muito perigosa. A rodovia deixa o motorista em situações de dificuldade porque há muitos buracos, principalmente quando chove. Muitas pessoas já perderam a vida naquela rodovia em detrimento do mau uso da máquina pública, para recuperar essas rodovias.

Por outro lado, queremos dizer que, embora em alguns aspectos a nossa segurança pública, tenha alguns tombos, mas também, o Governo do Estado, está paulatinamente tentando melhorar a questão da segurança repondo as viaturas do uso da Polícia Civil e da Polícia Militar.

Como hoje, por exemplo, o Governador entregou trinta e nove viaturas para Curitiba, entregou duas viaturas para São José dos Pinhais, uma viatura para Araucária, e setenta e uma motos que servirão à Polícia Militar no Projeto Povo, aqui em Curitiba.

Para a Polícia Civil entregou vinte e duas viaturas e trinta e cinco motos. É óbvio que esses números ainda são tímidos perto da necessidade que as Polícias Civil e Militar necessitam, mas há muito tempo, há oito, nove anos não se investia tanto na questão de viaturas, equipamento para a polícia, como o atual Governo está investindo. Falta muito ainda, faltava investir agora no policial. E nós, desta Casa, estamos esperando com bastante ansiedade a mensagem que vem do Sr. Governador, na questão do reajuste dos policiais militares e civis, para que nós possamos dar incentivo a essas pessoas que zelam pela nossa segurança no dia-a-dia, com grandes dificuldades é claro, porque há uma falta muito grande de policiais, tanto aqui na Capital como no interior. No interior é ainda maior, Deputado Barbosa Neto, ainda é muito maior, principalmente no efetivo da Polícia Civil.

Muitas vezes o policial se encontra sozinho na Delegacia, só o Delegado, e o policial cuidando dos presos, não pode nem sair para investigar. Não são situações que se resolva de uma hora para a outra, há necessidade de um estudo, de um concurso, de preparação do ser humano para que ele possa exercer o trabalho de policial. Não é um trabalho comum, não é um trabalho fácil, exige dedicação, e muitas vezes, com o salário baixo os policiais deixam de exercer efetivamente aquela função, aquele sacerdócio da polícia, mas, o Governo está investindo, está tentando superar essas dificuldades no dia-a-dia.

Muito em breve teremos nesta Casa a mensagem do Sr. Governador, aumentando os salários dos nossos servidores policiais, para que num incentivo ainda maior eles possam exercer com dignidade a sua profissão.

Repetindo, então, ao Deputado Scarpellini, que nos faltou há pouco do episódio do Dr. Wallace, o Governo já está tomando todas as medidas cabíveis para esclarecer os fatos e se for necessário, o próprio Governador pediu hoje ao Secretário, ao Delegado Geral, que o afaste até que os fatos sejam esclarecidos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Ailton Araújo**)

Próximo horário: Liderança do Governo.

(Declina).

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à ORDEM DO DIA, com a presença de 38 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Expediente subscrito pelo Deputado Antonio Anibelli, na qualidade de Líder da Bancada do PMDB, constante do expediente, indicando o Deputado Delegado Bradock para fazer parte da Comissão do Nepotismo. À **Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Elio Rusch, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) e autoria do Deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Ailton Araújo**)

Para a verificação de votação será feita a chamada nominal.

Solicito ao 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)

(**Procede à chamada nominal**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Verificando que há número legal para continuar a Sessão, dispensa a chamada nominal dos Srs. Deputados.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3352, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente, solicitando autorização para ausentar-se da Sessão do dia 31 do corrente mês, ocasião em que estará participando de audiência na Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu - Acifi. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3358, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando antecipação da Sessão Ordinária do dia 03 de novembro (quinta-feira), para logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 260/2004, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública o Grupo de Apoio a Pessoas com Câncer - GAPC, com sede e foro no município de Maringá. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 260/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Grupo de Apoio às Pessoas com Câncer - GAPC, com sede e foro no município de São José dos Campos, Estado de São Paulo, e representação no município de Maringá.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26.10.2005.
(aa) CESAR SELEME - Presidente
NEIVO BERALDIN - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 156/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, dispondo sobre a presença de acompanhantes a enfermos na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) dos hospitais, casas de saúde e maternidades no Estado do Paraná, e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 156/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º É permitida a presença de acompanhantes aos enfermos nas dependências das enfermarias e das Unidades de Terapia Intensiva (UTI) dos hospitais, casas de saúde e maternidades públicas e privadas, resguardando o tempo de 03 (três) horas por dia onde serão realizados procedimentos de higienização tanto no local como dos pacientes, além dos exames de maiores complexidades.

Parágrafo único. Para a consecução da norma, necessário se faz a presença de cadeiras e colchonetes que permitam a presença do acompanhante em tempo integral, observado o disposto na parte final do dispositivo.

Art. 2º As instituições referidas no artigo 1º deverão adequar-se à presente lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26.10.2005.
(aa) CESAR SELEME - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 420/2005, de autoria do Deputado Marcos Isfer, instituindo o Prêmio Ney Braga de Participação Comunitária, e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 420/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Prêmio Ney Braga de Participação Comunitária, no âmbito do Estado do Paraná, a ser outorgado em evento anual promovido pelo Poder Executivo Estadual.

Art. 2º Poderão concorrer ao Prêmio Ney Braga de Participação Comunitária os projetos oriundos de conselhos comunitários de segurança homologados, com a diretoria mínima completa, que estejam em situação regular perante a Coordenadoria Estadual para Assuntos dos Conselhos de Segurança e atendam às normas do Decreto Estadual nº 2332, de 10 de dezembro de 2003.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta lei, estabelecendo as normas e procedimentos que deverão ser observadas no evento anual para a concessão do Prêmio Ney Braga de Participação Comunitária.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26.10.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 609/2005, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que declara de Utilidade Pública a Amond - Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Jardim Menino Deus de Quatro Barras, com sede e foro no município de Quatro Barras. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 609/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Amond - Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Jardim Menino Deus de Quatro Barras, com sede e foro no município de Quatro Barras e foro no município de Campina Grande do Sul.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26.10.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

3ª Discussão

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 016/2003, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que dispõe sobre a realização de plebiscito diante de proposta de obras e serviços estaduais de grande vulto. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. COM EMENDAS DA COPTC. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, falando com o Governador achamos totalmente inviável esse projeto. Se for para decidir através de plebiscito, pergunto: para que nós Deputados estamos aqui?

Solicito à Base do Governo para que votem contra esse projeto, porque ele contraria a todos nós aqui desta Casa.

Muito obrigado!

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, na verdade esse projeto já tinha sido aprovado em duas votações há dois anos atrás e, por um equívoco foi arquivado na terceira votação e está retornando hoje.

Hoje temos um projeto que é mais abrangente do que esse. Estou fazendo essa justificativa, porque conversei com o Líder do Governo e entendo que vem no mesmo sentido do projeto que o Governador apresentou há quinze dias atrás, um projeto semelhante a esse.

Não me parece que o objeto do projeto prevê a suspensão, ou pelo menos, a delimitação e a diminuição do papel da Assembléia Legislativa. Mas nesse projeto temos um problema que é a emenda que prevê que os recursos sejam provenientes da Assembléia Legislativa.

Entendo que nós temos nesse artigo 6º, talvez, um entendimento, mas se não aprovado o projeto, substitua o papel dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Até, nobre Deputado Tadeu Veneri, nós conversamos sobre esse assunto e mostramos, realmente, que a Assembléia Legislativa do Paraná não teria como arcar com os custos de plebiscito, aqui no Estado do Paraná.

Em votação o projeto. Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se.

Sete, Srs. Deputados aprovam.

Que rejeitem, queiram levantar-se.

22 Srs. Deputados rejeitam.

Está rejeitado o projeto.

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 419/2005, de autoria do Tribunal de Contas, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Estado do Paraná, e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação a Emenda. Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovada** por unanimidade.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Verificação de votação. Srs. Deputados que aprovam a Emenda, queiram levantar-se.

33 Srs. Deputados.

Que rejeitem queiram levantar-se.

Aprovada por unanimidade.

Em votação o projeto. Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

2ª Discussão

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 398/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que dispõe sobre a proteção e a defesa dos consumidores de combustíveis. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CAICTM. COM EMENDA DA CCJ.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 01

O item III, do artigo 6º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º...

III - cassação da eficácia da inscrição do estabelecimento no Cadastro de Contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, junto à Secretaria da Fazenda que, para proceder à aplicação da pena, deverá ser oficialmente comunicada.

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoioamento:

Delegado Bradock, Carlos Simões, Rafael Greca e Cesar Seleme.

JUSTIFICATIVA:

Pretende-se complementar a emenda, incluindo expressamente a Secretaria da Fazenda.

EMENDA CORRETIVA DE PLENÁRIO Nº 02

No artigo 2º, onde se lê “especificações ficadas” deverá existir a correção para “especificações fixadas.”

No artigo 4º parágrafo 2º, onde se lê “combustível par depósito de terceiro”, deverá ser feita a correção para “combustível para depósito de terceiro.” No artigo 4º, parágrafo 3º onde se lê “e ocorrerá a expensas”, necessária se faz a correção para “ocorrerá às expensas”.

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoioamento:

Delegado Bradock, Carlos Simões, Rafael Greca e Cesar Seleme.

JUSTIFICATIVA:

Pretende-se fazer uma mera correção gramatical.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO Nº 03

O parágrafo 2º do artigo 1º passa a ter a seguinte redação:

“§ 2º caberá à Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon/PR aplicar as sanções administrativas, respeitando o direito ao contraditório e a ampla defesa.”.

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoioamento:

Delegado Bradock, Carlos Simões, Rafael Greca e Cesar Seleme.

JUSTIFICATIVA:

Pretende-se dar a correta denominação do Procon/PR.

Tal correção deve ser estendida, inclusive, ao artigo 3º, inciso III, artigo 4º, parágrafo 4º, artigo 6º, inciso II e parágrafo 3º.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 411/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, estabelecendo normas de controle ambiental e regulamenta a operação de postos de combustíveis, em área urbana, do território paranaense. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CEMA E CAICTM.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário, em nº de 05, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO Nº 01

“Parágrafo Único. Quando verificada a impossibilidade de remoção do tanque desativado, o mesmo deverá ser isolado após a desativação e ser removido todo o combustível e gases de seus interior, providenciando-se ainda, o seu completo preenchimento com areia ou outro material assemelhado e também o fechamento de todas as entradas e saídas de ar, inspeção e combustível.”

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoioamento:

Delegado Bradock, Carlos Simões, Rafael Greca e Cesar Seleme.

JUSTIFICATIVA:

Pretende-se substituir “tanque com vazamento” por “tanque desativado”.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO Nº 02

O artigo 5º passa a ter a seguinte redação:

“Art. 5º Em caso de constatação de vazamento de combustível, será obrigatório a imediata comunicação do fato ao Instituto Ambiental do Paraná, bem como a imediata desativação e substituição do(s) tanque(s) comprometido(s), conforme parâmetros da ABNT bem como atender a todas as exigências estabelecidas pelos órgãos ambientais federais e estaduais, em especial o tocante ao passivo ambiental.”

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoioamento:

Delegado Bradock, Carlos Simões, Rafael Greca e Cesar Seleme.

JUSTIFICATIVA:

Pretende-se incluir o órgão ambiental estadual.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO Nº 03

O artigo 4º passa a ter a seguinte redação:

“Art. 4º Os tanques aéreos ou subterrâneos, por armazenar produtos altamente inflamáveis, no perímetro urbano, deverão atender a norma ABNT 13.786 na classificação 3 em que se exige, entre outros, Monitoramento Intersticial.”

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoioamento:

Delegado Bradock, Carlos Simões, Rafael Greca e Cesar Seleme.

JUSTIFICATIVA:

Pretende-se obedecer a disposição específica da ABNT.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO Nº 04

O Item III, do artigo 2º passa a ter a seguinte redação:

“Item III - Instalação de Sistema Retalhista - ISR: Instalação com sistema de tanques para armazenamento de combustíveis, destinada ao exercício da atividade de Transportador, Revendedor Retalhista.”

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoioamento:

Delegado Bradock, Carlos Simões, Rafael Greca e Cesar Seleme.

JUSTIFICATIVA:

Pretende-se substituir “para armazenamento do óleo e/ou...” por armazenamento de combustíveis (pois pode ser óleo diesel, gás, querosene, gasolina, etc...).

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO Nº 05

O *caput* do artigo 1º passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º A localização, construção, instalação, modificação, ampliação e operação de postos revendedores, postos distribuidores, postos de abastecimentos e instalações desses sistemas retalhistas em áreas urbanas dependerão da prévia anuência do município em relação ao zoneamento e leis municipais vigentes e após deverão ter o licenciamento prévio do órgão ambiental estadual, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.”

Sala das Sessões, em 31.10.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoioamento:

Delegado Bradock, Carlos Simões, Rafael Greca e Cesar Seleme.

JUSTIFICATIVA:

Pretende-se incluir a necessidade da anuência prévia do Município em relação ao zoneamento e leis municipais vigentes.

O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 442/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti, alterando a redação do artigo 1º, da Lei Complementar nº 83/98 - Região Metropolitana de Maringá. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CF.

Em votação o projeto ressalvada a emenda. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado por unanimidade, artigo por artigo.**

Em votação a emenda da Comissão de Finanças. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovada.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 448/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 032/2005, que autoriza o Poder Executivo a proceder a reversão, ao município de Jaguapitã, do imóvel com área total de 1.920,00m . PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 491/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 036/2005, que autoriza o Poder Executivo a proceder por intermédio do Instituto Educacional do Paraná - Fundepar, cessão de uso do imóvel ao município de Paranavaí. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 492/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 037/2005, que autoriza o Poder Executivo a proceder a reversão, mediante doação, ao município de Astorga, do imóvel que

especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 541/2005, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, autorizando o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel, pertencente ao Estado do Paraná, ao município de Jandaia do Sul, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 554/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 040/2005, que autoriza o Poder Executivo, por intermédio do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, a efetuar cessão de uso ao município de Iguaçu, dos imóveis que descreve. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 437/2005, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, autorizando o Poder Executivo a doar imóvel que especifica, ao município de Lupionópolis. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 075/2005, de 02/08/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 437/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, pretende autorizar o Poder Executivo Estadual a proceder à doação de um imóvel de propriedade do Estado do município de Lupionópolis.

O imóvel, objeto da presente autorização legislativa, é constituído por uma área urbana de 540 (quinhentos e quarenta) metros quadrados, representada pela quadra nº 02-A, sendo parte de uma quadra, cujo restante da área compõe a Praça Antônio Pozzato, no centro da cidade de Lupionópolis, e registrado no Cartório de Registro de Imóveis do 2º Ofício da Comarca de Porecatu, pela Matrícula nº 2274, do Livro 2, contendo ainda um prédio de alvenaria com 165,35 m2 de área construída, também devidamente averbada, tudo conforme cópia da matrícula inclusa.

Trata-se na verdade de uma reversão, vez que o imóvel fora anteriormente doado pelo município de Lupionópolis ao Estado do Paraná, que aí construiu no ano de 1981 o citado prédio, conforme diversas fotos juntadas na presente proposição, para fins de instalação de uma agência de rendas.

Ocorre que a mencionada agência de rendas foi desativada e o prédio encontra-se desativado e sem função, enquanto a administração municipal de Lupionópolis pretende ali instalar a Secretaria Municipal de Educação e Cultura e uma Biblioteca Pública.

A proposição dispõe que a doação é gravada com cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, devendo o imóvel ser utilizado exclusivamente para os fins destinados no presente projeto de lei.

Voto do Relator e sua fundamentação

De autoria do Deputado Geraldo Cartário, trata-se de projeto autorizatório de doação de imóvel do Estado para um município paranaense, no caso, para o município de Lupionópolis.

Como muitos outros apresentados nesta legislatura, sempre entendemos que a iniciativa, obrigatoriamente, nestas hipóteses teria de partir do Executivo, pois, embora a legislação disponha expressamente que, em caso de doação de imóveis, o Governo do Estado precisa de autorização legislativa para a consumação deste ato, não é de boa técnica esta autorização ser antecipada à efetiva decisão do Executivo de doar o bem.

O Legislativo deve autorizar, se assim decidir, o que o Executivo solicitar, e não autorizar o que esse não pleiteou. Do contrário teremos leis inócuas. Leis que autorizam o Executivo a doar imóveis que esse não pretende doar, são inócuas, pois sem a iniciativa daquele Poder é impossível concretizar o ato de doação de bem do Estado.

Assim, sugerimos que o Parlamentar sempre deve encaminhar o pleito primeiramente ao Chefe do Executivo Estadual, através de uma indicação legislativa, para se encaminhar um anteprojeto de lei pedindo a autorização legislativa necessária.

Também propugnamos em pareceres anteriores, mas nas comissões de mérito, no sentido de primeiramente diligenciar junto ao Executivo Estadual sobre o seu interesse nesses imóveis, objetos de intempestivos projetos autorizatórios, fundamentando a nossa precaução no sentido de que a eficácia da proposição, por mais justa que seja, depende da vontade da Administração, uma vez que não vislumbramos a possibilidade deste Legislativo em poder tornar prática uma alienação, onerosa ou não, de um imóvel, mesmo com a existência de uma lei estadual dispondo para tanto. Daí entendemos ser inócua uma lei autorizatória que não seja de interesse do Executivo.

Todavia, a ampla maioria desta Comissão de Constituição e Justiça tem opinião diversa, tendo sempre decidido pela constitucionalidade das iniciativas parlamentares de doação de imóveis.

Apenas um reparo se faz necessário quanto à técnica legislativa quando o texto propõe, na redação do artigo 2º do projeto, uma revogação genérica, o que é vedada pela Lei Complementar nº 95, que rege a correta redação de normas legislativas, impondo uma emenda

supressiva, no sentido de excluir a frase: “revogadas as disposições em contrário”.

Conclusão

Destarte, curvo-me diante da opinião da maioria dos componentes da Comissão de Constituição e Justiça, no sentido de dar parecer favorável ao Projeto de Lei nº 437/2005, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica, para o município de Lupionópolis, com a emenda supressiva anexa.

Sala das Comissões, em 04.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA DO RELATOR AO PROJETO DE LEI Nº 437/2005

Fica suprimida a seguinte frase do artigo 2º do projeto de lei:

Art. 2º ... “revogadas as disposições em contrário”.

Passando o referido artigo ter apenas a seguinte redação:

“Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 04.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

JUSTIFICATIVA:

O artigo 2º do projeto de lei deve ser suprimido, vez que a Lei Complementar nº 95, atualizada pela Lei Complementar nº 107, exige que as revogações previstas em lei devem ser expressas.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 437/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 437/2005, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Lupionópolis, imóvel, sendo uma área de terra medindo 540,00 metros quadrados, constante na quadra n 02-A, Praça Antônio Pozzato, s/nº - Centro Cívico, localizada no perímetro urbano do município de Lupionópolis, registrada no Registro Geral - Livro 2, sob nº 2274, no Cartório de Registro de Imóveis, 2º Ofício da Comarca de Porecatu.

Fica disposto que o imóvel será utilizado exclusivamente para instalação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e de uma Biblioteca Pública, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimento, ficando gravadas as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável à proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.10.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 457/2005, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, autorizando o Poder Executivo a reverter a doação do imóvel que especifica, devolvendo-o à Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 077/2005, de 08/08/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 457/2005

P A R E C E R :

Relatório

Projeto de lei apresenta nesta Casa pelo ilustre Deputado José Maria Ferreira, o qual pretende autorizar o Poder Executivo a reverter ao município de São Sebastião da Amoreira a doação do imóvel, representado pela matrícula nº 1533, livro 2, folha 01, do Cartório de Registro de Imóveis - 2º Ofício, da Comarca de Assaí/PR, e localizado na zona suburbana da cidade de São Sebastião da Amoreira, fazendo divisa com a rodovia PR-218.

O presente imóvel foi originalmente doado pelo Município de São Sebastião da Amoreira para o Estado do Paraná, tendo como donatário mais especificamente o Departamento de Estradas de Rodagem - DER/PR, para fins específicos de construir um núcleo residencial para os funcionários daquela autarquia.

A referida doação ocorreu no ano de 1982 e até hoje o DER/PR não deu o destino legal para o mencionado imóvel, que tem uma área total de 3000 (três mil) metros quadrados, o que enseja a reversão do mesmo ao patrimônio do município de São Sebastião da Amoreira.

Como a atual administração municipal necessita do imóvel para instalar a garagem de máquinas daquela municipalidade, bem como, no restante do terreno construir barracões industriais, para incentivar a instalação de novas indústrias no município, pede a reversão da doação anterior.

Embora essa reversão deve ser formalizada por ato do Poder Executivo Estadual, mas esse depende de autorização legislativa, nos termos do artigo 10 da Constituição Estadual, o ilustre Deputado José Maria Ferreira apresenta a presente proposição, antecipando-se à iniciativa do Executivo de solicitar a mencionada autorização.

Voto e Fundamentação do Relator

Esse Relator entendeu que os projetos autorizatórios, assim previstos em lei, devem ter a iniciativa do Executivo, não exatamente por ser de competência privativa do chefe daquele Poder, mas em razão de ser inócuo autorizar o que não foi solicitado, sempre que depender de decisão administrativa a implementação do ato autori-

zado, posto que normalmente importa ou em veto, ou em lei que nunca é implementada e dispõe de instrumento de impor sua execução.

No entanto, como na presente proposição se trata de reversão de imóvel que, ademais, fundamenta-se no não cumprimento por parte do donatário de condições da doação anterior, o que ensejaria até mesmo na reversão compulsória, não há dúvida que o Chefe do Poder Executivo não irá ensejar a referida pretensão em uma demanda judicial, até porque é absolutamente procedente o pleito municipal, e a presente autorização antecipada importará em agilizar a consecução das formalidades legais para que a administração pública do município de São Sebastião da Amoreira possa dar um destino de interesse daquela comunidade do imóvel objeto deste projeto de lei, somos pelo parecer favorável.

Conclusão

Desta forma, este relator é de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 457/2005, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, para sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 457/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 457/2005, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, visa a reversão ao patrimônio do município de São Sebastião da Amoreira, do imóvel doado através da Lei Municipal nº 050/81, de 30/06/81 e matriculada sob nº 1533, livro 2, folha 1, no Cartório de Registro de Imóveis - 2º Ofício, comarca de Assaí/PR, doado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná.

Fica disposto que o imóvel será utilizado para fim exclusivo de construção do barracão destinado a abrigar os maquinários da Prefeitura Municipal, ficando gravadas as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável à proposição na forma apresentada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.10.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 555/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 041/2005, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso ao município de Rondon. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 096/2005, de 14/09/2005, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 555/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem como escopo a autorização para cessão de uso de imóvel a município paranaense.

Constitucionalidade e Legalidade

É legítima a iniciativa legislativa por parte da Assembléia Legislativa acerca de tal matéria, de acordo com o que preceitua a Constituição Estadual paranaense:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo Único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamento de caráter social.

Tendo em vista que a reversão tem destino município do Estado do Paraná, membro da administração pública interna, portanto, resta clara a constitucionalidade do projeto de lei em tela.

Quanto à técnica legislativa, não apresenta nenhum óbice frente à Lei Complementar nº 95/98.

Desta forma, esta Comissão opina pela aprovação do projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 04.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 555/2005 MENSAGEM Nº 041/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 555/2005, de autoria do Poder Executivo, autoriza a cessão de uso de imóvel ao município de Rondon. A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

A proposição é meritória, haja vista que a destinação do imóvel é exclusiva para o funcionamento de serviço público municipal.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 555/2005, objeto da Mensagem nº 041/2005.

Sala das Comissões, em 25.10.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 571/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 045/2005, que autoriza o Poder Executivo a proceder a doação de imóvel ao município de Rondon, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CO e COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 099/2005, de 20.09.2005, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 571/2005

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima, de autoria do Poder Executivo, estabelece em seu artigo 1º, autorização para doar ao município de Rondon, área de terra com 3.723,00m .contendo edificação com 790,00m , localizada na avenida Goiás, 250, no município de Rondon, de propriedade do Estado, em conformidade com a matrícula sob nº 19.373, do Registro de Imóveis da Comarca de Cidade Gaúcha.

Na justificação, o autor ressalta que o plano de lei em referência consubstancia plenamente aos superiores interesses da administração e da municipalidade, eis que o imóvel cuja doação é objetivada, deverá ser utilizado pelo donatário, exclusivamente, como unidade escolar do município de Rondon, valendo destacar que o anteprojeto de lei prevê retorno de tal bem ao patrimônio estadual caso haja desvirtuamento da utilização estabelecida.

É o relatório.

Voto do Relator

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado, Chefe do Poder Executivo, estando portanto, presente o princípio da admissibilidade.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 18.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 571/2005 MENSAGEM Nº 045/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 571/2005, de autoria do Poder Executivo, autoriza a doação de imóvel ao município de Rondon, Comarca de Cidade Gaúcha.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

A proposição é meritória, haja vista a destinação do imóvel para a implantação de unidade escolar do município de Rondon. Trata-se de importante investimento na educação básica, porque sem estrutura os pais não podem esperar futuro melhor para seus filhos.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 571/2005, objeto da Mensagem nº 045/2005.

Sala das Comissões, em 25.10.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 3353 a 3357, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3390, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3359, 3360, 3361 e 3370, de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3362 e 3363, de autoria do Deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3365, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3367, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, ingressamos com este requerimento fazendo um protesto contra as ações praticadas pelo Delegado Dr. Wallace Mamede de Castro. Praticou um verdadeiro ato de selvageria contra os passageiros, o motorista e contra o diretor da empresa de ônibus J. Araújo, na avenida Visconde de Guarapuava, deixando o ônibus parado naquele local por mais de uma hora e meia. De revólver na mão, ameaçando todos os passageiros, prendeu o motorista e algemou-o. Como se isso não bastasse, a empresa tinha mandado um outro motorista para retirar o ônibus e ele prendeu também o segundo motorista, ameaçou de prisão e só não efetivou a prisão do dono da empresa J. Araújo que é uma empresa tradicional no Paraná, porque a Rede Globo chegou. Iriam flagrá-lo e seria um vexame nacional.

Mas, chamou a COPE, que é a polícia especial, e usou de todo aparato policial para prender um motorista em cujo ônibus ele havia batido com o seu carro.

Não se sabe exatamente qual era a situação da dosagem ética do Delegado, se é que ele estava lúcido

porque se o estivesse daquele jeito, então é comprovação da loucura total. Aquela loucura descrita pelo Erasmo de Rotterdam.

O requerimento nosso é um protesto da Assembléia contra esse fato.

O Deputado Bradock já nos encaminhou a garantia de que o Governo do Estado está apurando e que diante dessa apuração não terá outra saída a não ser a exoneração desse arbitrário e prepotente Delegado que precisa ser exonerado da Polícia Civil do Paraná. Não é possível que a guarda da cidade esteja nas mãos de gente tão incompetente como ele.

Diante disso, Sr. Presidente, só o protesto da Assembléia não me satisfaz. E assim sendo, vou fazer a convocação desse Delegado, do Diretor Geral e do Corregedor Geral da Polícia Civil do Paraná, para que na Comissão de Direitos Humanos, que presido, venham nos esclarecer sobre quais medidas estão sendo tomadas com relação ao fato.

Sabe-se que o Governador Roberto Requião de Mello e Silva solicitou providências enérgicas na apuração desse delito, para que se chegue a um denominador comum, com relação à justiça que deve ser feita a este elemento. Portanto, Sr. Presidente, diante da exposição feita, retiro este requerimento para fazer a convocação pela Comissão de Recursos Humanos.

Agradeço a manifestação do Deputado Bradock, bem como da Bancada do Governo, que veio esclarecer esse fato, esse episódio, que lamentavelmente sabemos que não há um envolvimento de ordem de governo em uma coisa dessas, mas isso deixa uma nódoa, uma sujeita em toda a sociedade paranaense, porque quem viu aquilo não acredita que seja em Curitiba, sendo praticado por alguém que esteja investido do cargo de Delegado de Polícia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulto V. Exa. se vai retirar também o que convoca o Dr. Paulo Brenner e o Dr. Jorge?

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Sim, Sr. Presidente. Retiro todos e faço a convocação pela Comissão dos Direitos Humanos.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Pela Ordem, Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

O Governador Roberto Requião de Mello e Silva hoje, na parte da manhã em um evento, em uma solenidade em frente ao Palácio Iguaçu, antes dessa nossa manifestação na Assembléia, determinou de forma veemente à Secretaria da Segurança Pública, o afastamento imediato desse Delegado e fez críticas severas à mesma, determinando a abertura de um processo administrativo para ver a possibilidade de afastá-lo da Polícia Civil.

Imagino que o Governador não concorda nunca com um procedimento de quem quer que seja, dentro do seu Governo, agindo de forma autoritária como agiu esse Delegado. Nós também não concordamos. O Delegado Bradock já se manifestou e ouviu as manifestações do Governo, hoje, na parte da manhã sobre esse caso.

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB)

Sr. Presidente, Pela Ordem?

(**Assentimento**)

Endosso as palavras dos deputados Scarpellini e Dobrandino. Eu queria fazer uma abertura de aspas em relação ao Cope. O Cope compareceu ao local porque se trata de um órgão, situações que envolvem policiais civis, é obrigado a comparecer; talvez se não tivesse comparecido, a situação poderia ter ficado pior. Quero fazer essa ressalva, que o Cope esteve ali para amainar e serenar os ânimos. Tenho a certeza que atitudes dessas só mancham a instituição da Polícia Civil.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimentos nºs 3368 e 3369, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constantes do expediente. **Retirado pelo Autor.**

Requerimento nº 3348, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3350, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3371 a 3375, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3378, de autoria do Deputado Marcos Isfer, com apoio do Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3379 e 3380, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3381 a 3384, de autoria dos Deputados Durval Amaral, Valdir Rossoni e Plauto Miró Guimarães, da Bancada da Oposição, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3385, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3386 a 3389, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 246, 248, 450, 451, 556, 557, 570 e 599/2005;

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 057 e 062/2005.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Diretoria Geral****Despacho do Diretor****AUTUAÇÃO**

Protocolo nº 7721/2005

Requerente: SUELI SCHIMIDT

Assunto:

Solicita restabelecimento do valor de 33% relativo ao Risco de Vida.

Despacho:

- 1) Indefiro nos termos do parecer do Procurador geral da Assembléia.
- 2) ao DSE para publicação.
- 3) ao DA para arquivar.

Curitiba, em 19.10.2005.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Atas de Comissões¹**Finanças****COMISSÃO DE FINANÇAS**

15ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e cinco, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14:00 horas, sob a presidência do Senhor Deputado César Seleme, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Elio Rusch, Ailton Araújo, Ademar Traiano e José Maria Ferreira. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberto os trabalhos, solicitando ao secretário da comissão que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O Senhor Deputado Ademar Traiano, solicita a dispensa da leitura, a qual foi deferida. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 239/04, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que determina o povoamento, com a distribuição de alevinos nos rios que

cortam o território paranaense, durante o período de proibição da pesca. Relator Deputado JOSÉ MARIA FERREIRA. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO, com EMENDA MODIFICATIVA. 02) Projeto de Lei nº 065/05, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 004/05, que fixa o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná, em 20.166 (vinte mil, cento e sessenta e seis) policiais militares, distribuídos pelos postos e graduações, conforme especifica. Relator Deputado ELIO RUSCH. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO, com EMENDA ADITIVA. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

CÉSAR SELEME - Presidente

Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

15ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de abril de dois mil e cinco, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14:00 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Duílio Genari, Tadeu Veneri, José Maria Ferreira, Ailton Araújo e Artagão Júnior. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberto os trabalhos, solicitando ao secretário da comissão que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O Senhor Deputado Artagão Júnior, solicita a dispensa da leitura, a qual foi deferida. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 062/04, de autoria do Deputado Deputado Durval Amaral, que altera a redação do inciso IV do artigo 2º da Lei nº 14.234, de 26 de novembro de 2003. Relator Deputado JOSÉ MARIA FERREIRA. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 292/04, de autoria do Deputado André Vargas, que permite a transferência de crédito do ICMS a título de pagamento aos avicultores rurais e aos seus respectivos estabelecimentos rurais para aquisição de maquinários, implementos agrícolas, instalações, caminhões, insumos, pintainhos e materiais de embalagens, utilizados na cadeia produtiva. Relator Deputado TADEU VENERI. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 333/04, de autoria do Deputado Renato Gaúcho, que institui o Programa Bolsa Esporte, para a realização de projetos esportivos, visando valorizar e beneficiar atletas de alto rendimento, que estejam regularmente matriculados nas instituições de ensino da rede pública e privada do Estado. Relator Deputado TADEU VENERI. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 022/05, de autoria do Deputado Rafael Greca, que dispõe sobre a criação das Pousadas de Maria e dá outras providências. Relator Deputado TADEU VENERI. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 040/05, de autoria do Deputado Natálio

1. Publicadas em conformidade com disquetes enviados pela Secretaria da Comissão

Stica, que dispõe sobre a cassação da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS, do estabelecimento que comercializar, na forma específica, combustíveis em desacordo com o órgão regulador competente. (combustível adulterado), conforme especifica. Relator Deputado TADEU VENERI. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO, COM EMENDA. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

ELIO RUSCH - Presidente

Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

15ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e cinco, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14:00 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes senhores deputados: José Maria Ferreira, Cesar Seleme, Ademar Traiano, Neivo Beraldim, Carlos Simões. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberto os trabalhos, solicitando ao secretário da comissão que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O Senhor Deputado José Maria Ferreira, solicita a dispensa da leitura, a qual foi deferida. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 023/03, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que obriga a Secretaria Estadual da Fazenda do Estado do Paraná, a publicar relatórios trimestrais sobre a arrecadação do IPVA. Deputado NEIVO BERARDIN. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 493/04, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que inclui no inciso III do art. 14 da Lei nº 11.580/96, o produto água de côco envazada. Relator Deputado TADEU VENERI. Parecer pelo encaminhamento ao autor para anexar o relatório de impacto financeiro. Este parecer foi apresentado pelo Deputado Elio Rusch. Colocado o parecer em votação, foi e mesmo rejeitado. Designado como novo Relator o Deputado NEIVO BERARDIN. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 221/03, de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli, que estabelece o parcelamento dos débitos referentes a multas de

Trânsito no Estado do Paraná em até 24 parcelas e dá outras providências. Relator Deputado ADEMAR TRAIANO. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 581/03, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que dispõe sobre a divulgação por meio telemático das receitas tributárias e execução orçamentária dos órgãos públicos estaduais. Relator Deputado CESAR SELEME. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 05) Projeto de Lei Complementar nº 487/04, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que altera a redação da Lei Complementar nº 81, de 17 de junho de 1988, que institui a Região Metropolitana de Londrina. Relator Deputado CESAR SELEME. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 025/05, de autoria do Deputado Rafael Greca, que dispõe sobre a gratuidade da emissão da certidão de antecedentes criminais e dá outras providências. Relator Deputado CESAR SELEME. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 024/05, de autoria do Deputado Rafael Greca, que dispõe sobre a gratuidade de taxa de certidão da carteira nacional de habilitação e dá outras providências. Relator Deputado CESAR SELEME. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 08) Projeto de Lei nº 047/03, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que revoga a lei nº 13.571, 22/05/02. (Substituição frota oficial do Estado). Relator Deputado CESAR SELEME. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 09) Projeto de Lei nº 384/04, de autoria do Deputado Reni Pereira, que introduz alteração na lei nº 13.976, de 26 de dezembro de 2002, que criou o Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná – FUNCB. Relator Deputado CARLOS SIMÕES. Parecer FAVORÁVEL. Vistas ao Deputado JOSÉ MARIA FERREIRA. 10) Projeto de Lei nº 471/04, de autoria do Deputado Valdir Rossoni e outros, que altera redação e acrescenta dispositivos à Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. (acrescido do art. 4º da lei novo parágrafo). Relator Deputado ADEMAR TRAIANO. Parecer FAVORÁVEL. Vistas aos Deputados NEIVO BERARDIN E JOSÉ MARIA FERREIRA. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

ELIO RUSCH - Presidente

Wilson Penka - Secretário



DIÁRIO Nº 121

SUMÁRIO

Mesa Executiva	42
Presenças	42
Abertura da Sessão	42
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	42
Discussão / Votação:	
1ª Discussão	43
Discussão Única (Indicações) ...	50
Requerimentos	50
Encerramento da Sessão Ordinária.....	50
Publicações:	
Comissão de Finanças	
Atas	50

115ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 115ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2005

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Carlos Simões e Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton

Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni (38). Achando-se ausentes os Srs. Deputados Pedro Ivo Ilkiv, Ademar Traiano, Artagão Júnior, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Elza Correia, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Litro da Silva, Luiz Nishimori, Miltinho Pupio, Nelson Justus, Padre Paulo Campos e Waldir Leite (14). E em viagem representativa a Sra. Deputada Cida Borghetti e o Sr. Deputado Reni Pereira (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra, Pela Ordem, ao Deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Na verdade só queremos fazer um convite aos Deputados, aos nossos convidados e também aos funcionários da Casa, porque no dia 04 deste mês, às 18h00, será realizado no auditório do Sindicato dos Empregados do Comércio, um debate com o Cônsul Geral de Cuba, Carlos Trejo Sosa, e o Cônsul Geral da Venezuela, Jorge Luís Duran Centero, sobre o bloqueio de Cuba e a conjuntura venezuelana.

Então, estamos fazendo um convite a todos os Deputados e a todos os convidados para que, se houver disponibilidade, estejam presentes.

Obrigado, Sr. Presidente!

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos no Pequeno e Grande Expedientes e nem no Horário das Lideranças.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 38 Srs. Deputados.

Discussão / Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª Discussão

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 246/2005, de autoria do Deputado André Vargas, autorizando a doação dos lotes e das benfeitorias que especifica, à Prefeitura Municipal de Borrazópolis. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 036/2005, de 03/05/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 246/2005

P A R E C E R :

Do Projeto:

De autoria do Deputado André Vargas, o Projeto de Lei nº 246/2005 visa autorizar o Poder Executivo a doar lotes urbanos especificados, à Prefeitura Municipal de Borrazópolis, a fim de que esta aplique recursos próprios para proceder com reformas, ampliação e manutenção das benfeitorias construídas.

Em sua justificativa o autor diz que “*o presente projeto visa devolver ao município de Borrazópolis, os lotes urbanos que foram doados ao Estado do Paraná...*” Sobre os lotes urbanos foram construídos postos de saúde, conselho tutelar e outros. Finaliza afirmando que: “*sem a devolução desses lotes urbanos, o município não poderá aplicar recursos próprios para reformas, ampliação e manutenção*” dos edifícios e melhorando a qualidade do atendimento à população.

Do Voto:

O Projeto de Lei nº 246/2005 se enquadra nos dispositivos legais e constitucionais de competência legislativa do Estado, devendo ser acolhido. Por isso, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 246/2005

P A R E C E R :

A competência da Comissão de Finanças está prevista no parágrafo 3º, artigo 33 do Novo Regimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

À Comissão de Finanças compete manifestar-se sobre todas as proposições, inclusive de outras Comis-

sões, que concorram para aumentar ou diminuir despesa pública; sobre atividades financeiras do Estado; matéria tributária; empréstimos públicos; fixar, em cada legislação, para ter vigência na subsequente, a remuneração dos Deputados, fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Governador, Vice-Governador do Estado e Secretários de Estado; e submeter previamente à Comissão de Fiscalização os processos referentes à Lei nº 8358, de 05 de novembro de 1986.

O projeto em tela autoriza o Poder Executivo a doar imóveis para a Prefeitura de Borrazópolis. O autor juntou documentos provando a titularidade dos imóveis, objetos da autorização.

O projeto é meramente autorizativo, ficando ao Chefe do Executivo analisar a conveniência e oportunidade de doá-los, considerando a supremacia do interesse público.

A CCJ manifestou-se pela tramitação regimental, pois estão presentes os requisitos materiais e formais de admissibilidade.

O parecer é favorável à tramitação da proposição, pelos requisitos formais e legais no tocante à competência desta Comissão.

Sala das Comissões, em 28.09.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 246/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 246/2005, de autoria do Deputado André Vargas, autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Borrazópolis, os lotes nºs 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19, da quadra nº 77, matrícula nº 3450, lote nº 4, da quadra nº 28, Registro nº 20.527 e lote nº 13, da quadra nº 29, matrícula nº 6951, sendo que todos estão situados no perímetro urbano da cidade de Borrazópolis, Comarca de Apucarana, Estado do Paraná.

Fica disposto que os imóveis serão utilizados exclusivamente para os objetivos inerentes à administração pública municipal, sob pena de reversão dos imóveis ao patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimentos, ficando gravadas as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável à proposição na forma apresentada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25/10/2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 248/2005, de autoria do Deputado André Vargas, que autoriza a doação de

área de terras que especifica, à Prefeitura Municipal de Imbaú. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CPOTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 036/2005, de 03/05/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 248/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei em discussão tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a doar o referido terreno à Prefeitura Municipal de Imbaú. Ressalva, porém, que a doação ficará gravada com cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, restringindo sua utilização aos objetivos inerentes à administração pública municipal, sob pena de reversão ao patrimônio estadual, sem reservas de direitos ou ressarcimentos.

Legitimidade

A legitimidade parlamentar para conceder a autorização em questão encontra-se no disposto no artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa (...) na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Mérito

Em relação à matéria em análise, doação de terras, dispõe a Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno (...).

A justificativa do presente projeto de lei, baseia-se na autorização da referida doação com o intuito de possibilitar à Prefeitura de Imbaú o uso do imóvel para a construção do Parque Municipal de Máquinas.

Constitucionalidade

Ante todo o exposto, nota-se que a presente proposta está em conformidade com a técnica legislativa, e não há óbice quanto à legalidade e constitucionalidade do projeto em apreço, de forma que o presente parecer é pela aprovação do Projeto de Lei nº 248/2005.

Sala das Comissões, em 13.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 248/2005

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 248/2005, de autoria do Deputado André Vargas, autoriza a doação de área de terras que especifica, à Prefeitura Municipal de Imbaú.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Fundamentação

O projeto não apresenta óbice de natureza legal ou constitucional, estando de acordo com o disposto no artigo 10 da Constituição Estadual.

A execução do projeto não interfere no Orçamento do Estado e não gera novos custos para a máquina administrativa, motivo pelo qual merece acolhimento por esta douda Comissão.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 13.10.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 248/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 248/2005, de autoria do nobre Deputado André Vargas, estabelece em seu artigo 1º que fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Imbaú, áreas de terras com 8.040m2, matrícula nº 9.290, da Comarca de Telêmaco Borba, localizado à margem da rodovia do Papel, município de Imbaú, Estado do Paraná.

O presente projeto de lei recebeu análise da douda Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável ao mesmo. A Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações acompanha o pensamento do legislador sob o enfoque da constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 25.10.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
RAFAEL GRECA - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 450/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo a ceder o imóvel que especifica ao município de Goioerê. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CPOTC. COM EMENDAS DA CCJ e COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 077/2005, de 08/08/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 450/2005

P A R E C E R :

Do Relatório

O Projeto de Lei nº 450/2005, de iniciativa do Sr. Deputado Estadual Nereu Moura, tem por escopo autorizar o Poder Executivo a ceder à Prefeitura do município de Goioerê, o imóvel cuja área é de 369 (trezentos e sessenta e nove) metros quadrados, destacada do lote nº 18, da quadra nº 66, da planta da cidade de Goioerê, com

transcrição de número 37, no livro 3-L, do registro de Imóveis de Campo Mourão, nº 23.995, bem como todas as benfeitorias de propriedade do Estado do Paraná.

Da Fundamentação

Diante da síntese supra e chamada esta Comissão a se manifestar considerando-se que a Constituição Estadual no seu artigo 10, dispõe que os bens imóveis do Estado não poderão ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.

Depreende-se da análise textual do artigo 10 acima descrito que, via de regra, os imóveis não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, mas acaba estabelecendo algumas exceções, resta-nos analisar criteriosamente o caso em concreto, do que da análise textual, depreende-se que a cessão é para a Prefeitura Municipal de Goioerê.

Ademais, a melhor doutrina traz que a cessão de uso, nada mais é que a transferência gratuita da posse de um bem público de uma entidade ou órgão para outro, a fim de que o cessionário o utilize nas condições estabelecidas no respectivo termo, por tempo certo ou indeterminado, o que não causa danos ao projeto em análise.

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão encontra vício de legalidade frente à Lei Complementar nº 95/98, claro em seu artigo 4º, no trecho que preceitua: "... estando revogadas as disposições que a contrariem". Nesse sentido, dispõe a referida lei:

"Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas."

Para normal tramitação, e a fim de sanar o vício de técnica legislativa supra citado, segue em anexo emenda supressiva.

Da Conclusão

Diante do exposto, este relator apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 450/2005, acolhida a emenda em anexo, para apreciação dos demais membros desta Comissão de Constituição e Justiça e devida tramitação do projeto de lei.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 450/2005

P A R E C E R :

Corrige o Projeto de Lei Ordinária nº 450/2005, passando seu texto a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação."

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 450/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Nereu Moura, objetiva autorizar a doação do imóvel que especifica ao município de Goioerê, Estado do Paraná.

Fundamentação

O referido projeto já teve sua legalidade e constitucionalidade aferida pela Comissão de Constituição e Justiça desta Casa.

Com relação ao disposto no artigo 3º, do projeto em análise, o mesmo se faz desnecessário, porém, não descabido, pois vem a ressaltar o disposto no artigo 553 do Código Civil:

Art. 553. O donatário é obrigado a cumprir os encargos da doação, caso forem a benefício do doador, de terceiro, ou de interesse geral.

Quanto à técnica legislativa, há que se observar a dissonância entre a súmula e o artigo 1º do artigo em pauta. A súmula fala em "ceder o imóvel" e o artigo 1º traz a autorização para "doar" tal imóvel. Deve, obviamente, imperar a letra da lei, mas é necessária a correção da súmula do referido projeto, visto que a cessão e a doação são institutos jurídicos diversos. Conceitua o Código Civil, em seu artigo 538:

Art. 538. Considera-se doação o contrato em que uma pessoa, por liberalidade, transfere o seu patrimônio bens ou vantagens para o de outra.

A cessão, no entanto, é transferência do direito de uso da coisa, sem transferir-lhe a titularidade. Para corrigir tal irregularidade, sugere-se uma emenda corretiva, nos termos do anexo.

Desta forma, o parecer é pela **aprovação** do projeto de lei em questão, sob a forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 25.10.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 450/2005

Corrige o Projeto de Lei Ordinária nº 450/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, passando sua súmula a vigorar com a seguinte redação:

"Autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica, ao município de Goioerê".

Sala das Comissões, em 25.10.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

Apoiamento:

Francisco Bühner.

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 451/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo a ceder o imóvel que especifica ao município de Goioerê. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CPOTC. COM EMENDAS DA CCJ e COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 077/2005, de 08/08/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 451/2005

P A R E C E R :

Do Relatório

O Projeto de Lei nº 451/2005, de iniciativa do Sr. Deputado Estadual Nereu Moura, tem por escopo autorizar o Poder Executivo a ceder à Prefeitura do município de Goioerê, o imóvel que se constitui no lote nº 02 (dois) da quadra nº 56 (cinquenta e seis) da Planta Geral da cidade de Goioerê, medindo 10 (dez) metros de frente por 35 (trinta e cinco) metros da frente aos fundos, totalizando 350 (trezentos e cinquenta) metros quadrados, matriculado sob nº 17.351 no Cartório de Registro de Imóveis de Goioerê, bem como eventuais benfeitorias, de propriedade do Estado do Paraná.

Da Fundamentação

Diante da síntese supra e chamada esta Comissão a se manifestar considerando-se que a Constituição Estadual no seu artigo 10, dispõe que os bens imóveis do Estado não poderão ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.

Depreende-se da análise textual do artigo 10 acima descrito que, via de regra, os imóveis não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, mas acaba estabelecendo algumas exceções, resta-nos analisar criteriosamente o caso em concreto, do que da análise textual, depreende-se que a cessão é para a Prefeitura Municipal de Goioerê.

Ademais, a melhor doutrina traz que a cessão de uso, nada mais é que a transferência gratuita da posse de um bem público de uma entidade ou órgão para outro, a fim de que o cessionário o utilize nas condições estabelecidas no respectivo termo, por tempo certo ou indeterminado, o que não causa danos ao projeto em análise.

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão encontra vício de legalidade frente à Lei Complementar nº 95/98, claro em seu artigo 4º, no trecho que preceitua: "... estando revogadas as disposições que a contrariem". Nesse sentido, dispõe a referida lei:

"Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

Para a normal tramitação, e a fim de sanar o vício de técnica legislativa supra citado, segue em anexo emenda supressiva.

Da Conclusão

Diante do exposto, este relator apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 451/2005, acolhida a emenda em anexo, para apreciação dos demais membros desta Comissão de Constituição e Justiça e devida tramitação do projeto de lei.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 451/2005

P A R E C E R :

Corrige o Projeto de Lei Ordinária nº 451/2005, passando seu texto a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação."

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

Apoioamento:

Hermes Fonseca.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 451/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Nereu Moura, objetiva autorizar a doação do imóvel que especifica ao município de Goioerê, Estado do Paraná.

Fundamentação

O referido projeto já teve sua legalidade e constitucionalidade aferida pela Comissão de Constituição e Justiça desta Casa.

Com relação ao disposto no artigo 3º, do projeto em análise, o mesmo se faz desnecessário, porém, não descabido, pois vem a ressaltar o disposto no artigo 553 do Código Civil:

Art. 553. O donatário é obrigado a cumprir os encargos da doação, caso forem a benefício do doador, de terceiro, ou de interesse geral.

Quanto à técnica legislativa, há que se observar a dissonância entre a súmula e o artigo 1º do artigo em pauta. A súmula fala em "ceder o imóvel" e o artigo 1º traz a autorização para "doar" tal imóvel. Deve, obviamente, imperar a letra da lei, mas é necessária a correção da súmula do referido projeto, visto que a cessão e a doação são institutos jurídicos diversos.

Conceitua o Código Civil, em seu artigo 538:

Art. 538. Considera-se doação o contrato em que uma pessoa, por liberalidade, transfere o seu patrimônio bens ou vantagens para o de outra.

A cessão, no entanto, é transferência do direito de uso da coisa, sem transferir-lhe a titularidade. Para corrigir tal irregularidade, sugere-se uma emenda corretiva, nos termos do anexo.

Desta forma, o parecer é pela aprovação do projeto de lei em questão, sob a forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 25.10.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 450/2005

Corrige o Projeto de Lei Ordinária nº 450/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, passando sua súmula a vigorar com a seguinte redação:

“Autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica, ao município de Goioerê”.

Sala das Comissões, em 25.10.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 556/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 042/2005, que autoriza o Poder Executivo a, por intermédio do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, proceder cessão de uso ao município de Toledo, do imóvel que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CPOTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 096/2005, de 14/09/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 556/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo dispõe sobre a autorização para cessão de uso de imóvel a município paranaense.

Constitucionalidade e legalidade

É legítima a iniciativa por parte da Assembléia Legislativa acerca de tal matéria, de acordo com o que preceitua a Constituição Estadual paranaense:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adqui-

rente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Tendo em vista que a reversão tem destino município do Estado do Paraná, membro da administração pública interna, portanto, resta clara a constitucionalidade do projeto de lei em tela.

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão encontra vício de legalidade frente à Lei Complementar nº 95/98, claro em seu artigo 4º, no trecho em que preceitua: “... *revogadas as disposições em contrário.*”

Nesse sentido, dispõe a referida lei.

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

Visto o preceito acima, anexamos emenda supressiva corrigindo o texto em anexo.

Diante do exposto, esta Comissão de Constituição e Justiça, apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 556/2005.

Sala das Comissões, em 04.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 556/2005

P A R E C E R :

Corrige o Projeto de Lei Ordinária nº 556/2005, passando seu texto a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 556/2005
MENSAGEM Nº 042/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 556/2005, de autoria do Poder Executivo, autoriza, através da Fundepar, a cessão de uso de imóvel ao município de Toledo.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

A proposição é meritória, haja vista a destinação do imóvel para a implantação de espaço cultural denominado usina do conhecimento.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 556/2005, objeto da Mensagem nº 042/2005.

Sala das Comissões, em 25.10.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 557/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 043/2005, que autoriza o Poder Executivo a, por intermédio do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, ceder à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Marechal Cândido Rondon, o imóvel que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 096/2005, de 14/09/2005, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 557/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo:

O projeto de lei em discussão tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a ceder o referido imóvel à Apae de Marechal Cândido Rondon, ressaltando que a permissão de uso terá duração de 5 (cinco) anos e ficará gravada com cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, restringindo sua utilização aos objetivos inerentes à administração pública municipal, sob pena de reversão ao patrimônio estadual, sem reservas de direitos ou ressarcimentos.

Legitimidade:

É legítima a iniciativa por parte da Assembléia Legislativa acerca de tal matéria, de acordo com o que preceitua a Constituição Estadual Paranaense:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Constitucionalidade:

Ante todo o exposto, nada há a obstar a regular tramitação do projeto. No entanto, nota-se que a presente proposta não está em conformidade com a boa técnica legislativa ao não especificar os dispositivos legais que revoga.

Assim, o parecer é pela aprovação do Projeto de Lei nº 557/2005, mediante a adoção da emenda supressiva anexa.

Sala das Comissões, em 04.10.2005.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 557/2005

O artigo 4º do Projeto de Lei nº 447/2005, de autoria do Governo do Estado, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação”.

Sala das Comissões, em 04.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

Apoioamento:

Delegado Bradock, Duílio Genari, Reni Pereira, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Martins, Ratinho Júnior e Carlos Simões.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 557/2005 MENSAGEM Nº 043/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 557/2005 do Poder Executivo, autoriza, através do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, a cessão de uso de imóvel à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Marechal Cândido Rondon.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

A proposição é meritória, haja vista que a destinação do imóvel é exclusiva para utilização da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae, onde funcionará a escola especializada Pequeno Lar.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 557/2005, objeto da Mensagem nº 043/2005.

Sala das Comissões, em 25.10.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 570/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 044/2005, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao município de Itaguajé. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 099/2005, de 20/09/2005, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 570/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei em análise pretende autorizar o Poder Executivo a efetuar cessão de uso de imóvel especificado, ao município de Itaguajé. Tal imóvel terá o obje-

tivo de sediar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itaguajé.

O projeto estabelece vigência limitada até 31 de dezembro de 2006, podendo essa ser prorrogada pelas partes.

Fundamentação

Analisando-se a competência para legislar sobre a matéria, não se encontra qualquer óbice constitucional. Então, vejamos o artigo 25, parágrafo 1º da Constituição Federal:

Art. 25. (...)

§ 1º São reservados aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por essa Constituição.

Com relação à matéria tratada no projeto, o artigo 10 da Constituição Estadual do Paraná dispõe:

Art. 10. *Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

Com certeza o projeto de lei em questão enquadra-se na exceção trazida por esse dispositivo constitucional.

Com relação à técnica legislativa, o projeto atende aos requisitos da Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Diante do exposto, o parecer é pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 04.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 570/2005
MENSAGEM Nº 044/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 570/2005, de autoria do Poder Executivo, autoriza a cessão de uso de imóvel ao município de Itaguajé.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

A proposição é meritória, haja vista que a destinação do imóvel é exclusiva para o funcionamento de serviço público municipal ou para sediar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itaguajé.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 570/2005, objeto da Mensagem nº 044/2005.

Sala das Comissões, em 25.10.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 599/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 047/2005, que autoriza o Poder Executivo a doação do imóvel de propriedade do Estado do Paraná, ao município de Cândido de Abreu, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 103/2005, de 27/09/2005, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 599/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei deriva-se da Mensagem nº 047/2005, do Chefe do Poder Executivo Estadual e pede a autorização deste Poder Legislativo para proceder a doação de um imóvel de propriedade do Estado, ao município de Cândido de Abreu.

O imóvel objeto do presente pedido de autorização legislativa, é constituído por dois lotes urbanos, localizados na avenida Visconde Charles de Laguiche, na cidade de Cândido de Abreu, com área global de 1200 (um mil e duzentos) metros quadrados e representados pela matrícula nº 1233, do Registro de Imóveis da Comarca de Cândido de Abreu.

Trata-se na verdade de uma reversão, vez que o imóvel, ao que se depreende da justificativa da mensagem governamental, fora anteriormente doado pelo município de Cândido de Abreu ao Estado do Paraná, e a finalidade da reversão da titularidade é para ampliar a escola municipal Cecília Sawczvk. A mensagem governamental deixou de instruir a presente proposição com cópia da matrícula.

Voto do Relator e sua fundamentação

A proposição atende exigência constitucional de obter prévia autorização desta Casa de Leis para fins de alienar bens imóveis do Estado, com a devida justificação que o acompanha.

Embora o Poder Executivo não tenha cuidado da boa técnica ao não instruir o pedido sem a devida cópia da matrícula e a redação do próprio texto do então anteprojeto de lei, não ter corretamente descrito o imóvel, vez que faz referência apenas aos números dos lotes urbanos, sem descrever o loteamento e usar o termo “número da transcrição das transmissões”, ao invés de “número da matrícula”, entendemos que é possível dar parecer favorável para a regular tramitação da proposição, pois o imóvel restou devidamente individualizado e identificado, ainda que com confusa redação.

E não há como, neste momento, corrigir a redação, através de emenda nesta Comissão, fazendo constar o nome do loteamento, posto que o mesmo não foi disponibilizado para este relator, o que poderia ser obtido oportunamente, mas isto importaria em atraso na votação solicitada. Sugerimos então, que a referida correção seja considerada apenas de redação e que isto

poderá ser feito oportunamente, antes da assinatura do autógrafo.

Conclusão

Destarte, somos de parecer favorável à proposição da mensagem governamental que objetiva a autorização deste Legislativo para o Executivo Estadual efetuar a reversão do imóvel acima descrito, em forma de doação condicionada para os fins especificados no artigo 2º, do projeto de lei, propondo a regular tramitação do feito.

Sala das Comissões, em 18.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 599/2005
MENSAGEM Nº 047/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 599/2005, de autoria do Poder Executivo, autoriza a reversão de imóvel ao município de Cândido de Abreu, destinado à ampliação da escola municipal Cecília Sawczvk.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

A proposição é meritória, haja vista a reversão do imóvel ter por objetivo a ampliação de escola do ensino fundamental. Trata-se de importante investimento na educação básica, porque sem estrutura os pais não podem esperar futuro melhor para seus filhos.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 599/2005, objeto da Mensagem nº 047/2005.

Sala das Comissões, em 25.10.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

Discussão Única (Indicação)

ITEM 09

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 057/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, propondo a estadualização da estrada que liga o município de Cantagalo ao entroncamento do município de Goioxim, com aproximadamente 23 quilômetros. **Aprovada. (Publ. no DA nº 112/2005, de 17/10/2005).**

ITEM 10

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 062/2005, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, sugerindo que seja criado o programa Jornal Escola, exercício da cidadania, para leitura de jornais e revistas em sala de aula, sob coordenação e orientação da Secretaria da Educação do Estado do Paraná. **Aprovada. (Publ. no DA nº 116/2005, de 24/10/2005).**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 07 de novembro, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 442/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 246, 248, 437, 450, 451, 457, 555, 556, 557, 570, 571 e 599/2005.

1ª Discussão - do Projeto de Lei nº 096/2004.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atas de Comissão¹

Finanças

COMISSÃO DE FINANÇAS
15ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e cinco, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14:00 horas, sob a presidência do Senhor Deputado José Maria Ferreira, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Elio Rusch, Ailton Araújo e Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberto os trabalhos, solicitando ao secretário da comissão que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O Senhor Deputado Cesar Seleme, solicita a dispensa da leitura, a qual foi deferida. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 114/05, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 008/05, que autoriza a transferência de recursos provenientes do superávit financeiro do Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN, para o orçamento próprio do Departamento de Estradas de Rodagem – DER. Relator Deputado ÉLIO RUSCH. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO, COM EMENDA ADITIVA. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
Wilson Penka - Secretário

1. Publicadas em conformidade com disquete enviado pela Secretaria da Comissão.

Wilson Penka - Secretário

